

Descrição da Documentação	
Nome da Pasta	7. Pastoral Operária
Número de Documentos	45
Tipo de documentação	Informativos, matérias de jornais, folhetos, livro caixa, revista.
Data/Ano	1984-1994
Formato	A4
Descrição	O arquivo reúne informativo da CUT sobre as propostas do governo Lula, uma edição da revista Quinzena, panfletos sobre a vereadora do PT Rose de Souza, matérias de jornal e livro caixa da Diocese, documentos referentes à Pastoral Operária de Nova Iguaçu.
Palavras-Chave	CUT, PT, Lula, Pastoral Operária, feminismo.
Notas explicativas	A documentação está em bom estado de conservação e foi doada pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para compor o acervo do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (CEDIM).

13 PROPOSTAS

DO GOVERNO LULA

Bob Wolfenson



**Para as confissões,
Instituições e Comunidades
Religiosas**

COLABORE COM
A CAMPANHA
LULA PRESIDENTE
DEPOSITE NO
BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA 3323-5
CONTA 13000-1

The logo for the Lula Brasil campaign. It features a blue five-pointed star to the left of the word "Lula" in a large, bold, black sans-serif font. Below "Lula" is the word "Brasil" in a similar font, with the "B" being significantly larger and overlapping the "L" of "Lula".

Perante às confissões, instituições e comunidades religiosas, o Governo Lula assume solene e publicamente os seguintes compromissos:

1

É direito sagrado e inviolável a liberdade de reunião, expressão, propagação, manifestação, educação e celebração religiosas.

2

Será garantida a liberdade de consciência e de crença, bem como assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção, na forma da lei, aos locais de culto, de concentração religiosa e de manifestação litúrgica.

3

Por motivos de crença e religião nenhum local de culto será fechado ou sofrerá qualquer tipo de restrição.

4

Os locais de culto e de manifestações religiosas serão preservados de atos de vandalismo, violência, perseguições ou riscos à vida e à saúde dos fiéis.

5

Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa.

6

Será garantido o princípio constitucional de que "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente" (II. Cap. I. Art. 5º, Parágrafo XVI da Constituição Federal).

7

A educação religiosa em escolas particulares é direito inviolável e, em escolas públicas de ensino fundamental, constituirá disciplina dos horários normais, sendo facultativo a matrícula dos alunos, de acordo com o previsto na Constituição Federal (VIII, Cap. III, Art. 210, Parágrafo I).

8

Caberá ao Estado promover amplas campanhas de educação, inclusive sexual, visando um planejamento familiar responsável com acesso a meios contraceptivos que não atinjam a integridade e a saúde da mulher e evitem a prática do aborto. O Governo Lula não inclui em seu programa de governo a alteração da legislação sobre a prática do aborto. Os serviços públicos de saúde deverão assegurar condições de atendimento às mulheres lesadas físicas e ou psicologicamente pela interrupção voluntária ou não da gravidez.

9

É direito inviolável de cada cidadão a sua privacidade e a opção por seu estilo de vida, desde que se respeitem as leis e os princípios de convivência social. É dever do Estado coibir qualquer forma de discriminação. O Governo Lula não inclui em seu programa a legalização de uniões civis Homossexuais.

10

Representantes legais das diferentes confissões religiosas serão previamente consultados a cada vez que o Governo Democrático e Popular tiver que tomar decisão que afete suas respectivas áreas de interesses.

11

O diálogo permanente com as confissões, instituições e comunidades religiosas será uma das prioridades do Governo.

12

As confissões, instituições e comunidades religiosas serão convocadas a colaborar com o Governo Lula na implementação de políticas sociais, como campanha de saúde e alfabetização, combate à fome e à miséria, conquista da cidadania e fortalecimento da democracia.

13

O Governo, assegurando o respeito à criação e expressão artística, às peculiaridades regionais, se empenhará para que os meios de comunicação em especial a televisão atuem dentro dos princípios éticos que norteiam as famílias brasileiras, combatendo as violências e as atitudes que ferem princípios religiosos.

Fórum dos Comitês Religiosos Pró-Lula Presidente

Av. Angélica, 35 - Barra Funda - CEP 01227-100 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 861.3155 ramal 265 - Fax: (011) 861.3258/861.3307

**Lula
Brasil**

Veja também as outras propostas para:

**Juventude
Negros e Negras
Mulheres
Terceira Idade
Agrário**

**Educação
Assistência Social
Esporte e Lazer
Cultura
Sindical
Assuntos Indígenas**

**Crianças e Adolescentes
Reforma Urbana
Meio-ambiente
Portadores de Deficiência
Saúde**

Doméstica terá fundo de garantia

Seguro-desemprego, salário-família, auxílio-creche, vale-transporte, jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de horas extras e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Todos esses direitos adquiridos pelos trabalhadores brasileiros, mas que passavam ao largo das cerca de cinco milhões de empregadas domésticas do país, poderão ser estendidos à categoria caso seja aprovada a Lei de Benefícios dos Trabalhadores Domésticos.

Aceita por unanimidade pela Câmara dos Deputados na última terça-feira, a lei deve ser votada pelo Senado nos próximos 15 dias e, posteriormente, passará pelas mãos do presidente Fernando Collor, que terá o poder de vetá-la ou aprová-la. Segundo as estimativas

dos parlamentares, a tendência é que a lei passe tanto pelo Senado quanto pelo presidente da República. Assim, nos próximos três meses, as empregadas domésticas poderão começar a negociar com os patrões e patroas os novos benefícios conquistados.

A lei, se aprovada, entretanto, deixará de atender a muitas domésticas. Nas contas do deputado Paulo Paim (PS-SP), autor do projeto, menos de 50% delas possuem um dos mais antigos direitos trabalhistas: a carteira de trabalho assinada. "Sem a carteira na mão, as empregadas que ainda trabalham na clandestinidade e mesmo as diaristas, que não costumam manter vínculo empregatício, não poderão fazer valer seus direitos", afirma o deputado.



A empregada Marilene e a patroa Raquel apóiam os benefícios

As muitas vantagens da nova lei

● **Seguro-desemprego** - A lei garante o seguro-desemprego a todas as domésticas dispensadas do emprego que não conseguirem novo trabalho no prazo de 60 dias. Para que a doméstica possa gozar do benefício, a patroa deverá dar baixa na carteira de trabalho e, através de formulário próprio, mandar um aviso de dispensa ao Ministério do Trabalho. O seguro-desemprego, tal qual para os outros trabalhadores, será proporcional ao último salário recebido e vai ser pago durante quatro meses.

● **Jornada de trabalho de 44 horas** - A jornada de trabalho das empregadas domésticas não poderá passar de 44 horas semanais - oito horas diárias durante a semana e quatro horas aos sábados. Todas as horas que ultrapassarem o previsto em lei deverão ser pagas como extras.

● **Hora extra** - Para a empregada doméstica, ela deverá ser calculada dividindo-se o salário bruto

recebido pelo número de horas trabalhadas durante um mês. O resultado deste cálculo é o salário-hora. Se a hora extra for feita durante a semana, a doméstica terá direito a receber 50% do salário-hora para cada hora extra trabalhada. As horas extras prestadas em feriados ou no fim de semana darão direito a um salário-hora por hora extra trabalhada.

● **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** - O FGTS representa 8% do salário bruto mensal da empregada doméstica e deverá ser pago pela patroa. A cota do FGTS, entretanto, não poderá ser descontada do salário da empregada. De acordo com o deputado Paulo Paim, o depósito do FGTS será feito nos mesmos moldes dos funcionários urbanos que trabalham para profissionais liberais, como os advogados, por exemplo. A patroa deverá preencher formulário próprio para a abertura de conta do FGTS em nome da doméstica, em banco de sua esco-

lha e, através de uma guia de recolhimento, depositar a cota do FGTS.

● **Vale-Transporte** - As empregadas domésticas que têm residência fora do domicílio de trabalho terão direito a receber vale transporte, que deverá ser retirado pelo empregador nas federações de empresas de transportes do município.

● **Auxílio Creche** - Todas as empregadas domésticas com filhos que ainda não frequentam a escola terão direito a levá-los para o serviço. Se a patroa não concordar, terá o dever, de acordo com a lei, de providenciar uma creche pública para as crianças ou mesmo pagar uma creche particular. ● **Salário Família** - As empregadas domésticas terão direito ao salário família, que deverá ser pago pela patroa proporcionalmente ao número de dependentes da empregada. A fórmula de cálculo do salário ainda será regulamentada após a aprovação da lei.

Lutas e vitórias marcam legislação

Elas lavam, passam, cozinham, cuidam das crianças, fazem as compras, resolvem mil problemas da casa e, de quebra, ainda são amigas e confidentes de suas patroas. Mas até 1972, as empregadas domésticas, apesar de ocuparem um lugar de destaque nos lares brasileiros, sequer tinham a sua profissão reconhecida. Sem carteira de trabalho ou desconto na Previdência, elas amargavam a desconfortável posição de trabalhadoras marginalizadas.

A primeira vitória foi a regulamentação da profissão, em 1972. Menos de um ano depois, houve o decreto que obrigou os patrões a assinarem a carteira de trabalho.

A grande vitória da categoria, entretanto, só aconteceu com a publicação da nova Constituição. As domésticas tiveram assegurados benefícios básicos, como 13º salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, licença-maternidade, aviso prévio proporcional e aposentadoria.

Benefícios ferem princípios da CLT

De acordo com o advogado Luís Fernando Martins da Silva, especialista em direito trabalhista, a lei de benefícios das empregadas domésticas corre o risco de receber um veto do Senado ou mesmo do presidente da República, pois fere a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ao equiparar os benefícios das empregadas domésticas aos concedidos aos demais trabalhadores.

"De acordo com a CLT, as domésticas não poderiam ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores, porque a atividade não tem fins econômicos, ou seja, não gera lucro para o empregador. Assim, as patroas também não podem ter os mesmos deveres que hoje são exigidos dos demais empregadores", diz o advogado. Ele afirma que a nova lei pode servir como uma faca de dois gumes e acabar prejudicando as domésticas. "Muitos patrões não vão ter como pagar esses benefícios e a atividade correrá o risco de entrar novamente na clandestinidade", acredita.

As críticas de patroas e empregadas

Nem todas as patroas são pão-duras como a grã-fina Constância, da novela *O Dono do Mundo*, e nem todas as domésticas são submissas como Jacira, sua empregada. As personagens da novela, interpretadas pelas atrizes Natália Thimberg e Cristina Ribeiro, tiveram um pequeno conflito nos capítulos da última semana porque a patroa descontou, dos três salários mínimos prometidos à empregada, dois salários a título de despesas de moradia e alimentação. Jacira poderia ter posto a boca no trombone se a nova lei de benefícios das empregadas domésticas já tivesse entrado em vigor. Constância poderia descontar um máximo de 12% do salário da empregada por conta de alimentação e moradia. E, assim mesmo, se com o desconto o salário não ficasse menor que um salário mínimo.

O conflito entre Jacira e Constância dificilmente ocorreria entre a nutricionista Raquela Puga dos San-



Heralda Oliveira

tos, 39 anos, e sua empregada, Marilene Francisca, 20. As duas apóiam os benefícios que serão conquistados pelas domésticas caso seja aprovada a nova lei e, criticam apenas um ponto do projeto: "Não

gostaria que a Marilene levasse os filhos para o trabalho e também não teria dinheiro para pagar uma creche. Acho que dar creche para as crianças é uma tarefa do presidente da República", critica Raquel, prontamente apoiada por Marilene.

Outras críticas à nova lei também sobram. E dos dois lados. A comerciante Ana Lúcia Melo Cabral, 30 anos, que não assina a carteira da babá de seus dois filhos, diz que dificilmente terá dinheiro para cobrir todos os benefícios que serão concedidos às domésticas. "Vou ter que dispensá-la", ela afirma. O medo de que o mercado de trabalho para as domésticas fique ainda mais estreito é a principal crítica da doméstica Hercinda Oliveira, 38 anos. "Acho os benefícios justos mas os patrões não poderão pagar. Meus patrões são corretos, não descontam alimentação e dão ajuda para o transporte. Mas terei medo de perder o emprego se exigir tudo o que a lei mandar".

CARTAS NA MESA

● Menores

"A deputada federal Rita Camata, do Espírito Santo, preside a CPI que apura o extermínio de menores. A meu ver, isto é assunto para ser tratado pelo Executivo e pelo Legislativo de cada estado. A nível federal, seria mais interessante que a deputada se preocupasse com a situação do maior, da qual decorre o problema do menor." - **Wanderley Rosa Pereira** - Todos os Santos.

● Calígula

"Ultimamente, lemos neste jornal as seguintes informações: a) As grandes empresas devedoras do INSS terão 60 meses para pagar seus débitos; b) A greve dos funcionários da Delegacia Regional do Trabalho entra no terceiro mês sem que o ministério se empenhe em encontrar solução; c) O sistema de trabalho do setor de confecção da fábrica De Millus é de fazer inveja a qualquer senhor de engenho do século passado, e a Delegacia Regional do Trabalho sabe disso há muito tempo e não toma qualquer providência.

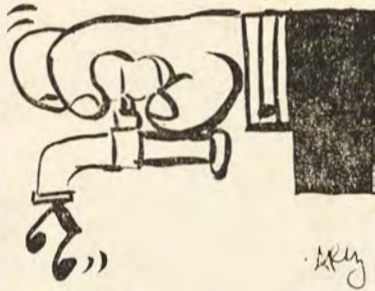
Nós, pobres mortais que não somos marajás da Eletropaulo, nem nos tornamos presidente de uma confederação fantasma, nem tampouco acumulamos o jabaculé de Cr\$ 900 mil, recebidos indevidamente, acrescidos do régio salário de ministro e suas mordomias, perguntamos: para resolver esses problemas e centenas de outras que envolvem o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, onde poderemos encontrar Sua Excelência, o ministro, que diz ser sua cadelinha, um ser humano, como outro qualquer? Dada a convicção com que defendeu a sua cadelinha, fica a impressão de que, inspirando-se em Calígula, Sua Excelência, pretende nomeá-la Assessora Chefe.

Espelho meu, espelho meu, existe alguém mais intelectual, competente, trabalhador, combativo, honesto, charmoso e mais imexível do que mim?" - **Geraldo Mendes** - Teresópolis.

● Conselho de Contas

"A Abracom dirigiu expediente ao ilustre deputado João Leite Nader, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, dizendo estar acompanhando atentamente, através da imprensa, a votação da emenda parlamentar que extingue o Conselho Estadual de Contas dos Municípios a pretexto do argumento das mordomias e da pequena relevância do órgão na estrutura do tradicional estado-membro. Os filhados da associação estudam de há muito e praticam ampla vivência na atividade do controle externo de contas públicas. Por isso podem testemunhar a experiência já angariada, em cuja tarefa encontram razões de sobra para a existência político-administrativa da fiscalização constitucional dos negócios do erário, acompanhamento que tem por finalidade fortalecer o regime democrático por meio dos canais da probidade e, ao mesmo tempo, racionalizar a fiel consecução dos objetivos que são alcançadas pela aplicação correta dos recursos públicos." - **Legislativo**

● Arrocho musical



"Um alerta ao governador Leonel Brizola: da mesma forma que o governo federal prejudicando os idosos aposentados com o arrocho das aposentadorias, o novo diretor da Rádio Roquete Pinto, Procópio Mineiro, acaba de nos prejudicar mais ainda, suprimindo programas de música popular do passado, que eram o nosso maior lazer e há anos vinham mitigando a nossa saudade." - **Peço Grupo dos 36: Zélia Maria dos Santos, Adélia Teixeira Gonçalves, Humberto Caruso e Altair Roriz de Albuquerque** - Del Castilho.

● Concursos

"Engajando-me nas comemorações desse prestigioso órgão, que sem dúvida alguma transformou-se num baluarte em defesa das reclamações e aspirações da comunidade sofrida do Rio de Janeiro, venho pedir encarecidamente ao ilustre jurista Nilo Batista, que "está" secretário de estado de Justiça e Polícia Civil e que sempre se destacou na sua luta pela equidade e aplicação da justiça social, que intervenha, se necessário for, até com a autoridade que o cargo lhe confere, junto à prestigiosa banca que elaborou e corrigiu a prova de Direito Processual Penal para o cargo de delegado de polícia de 3ª Classe, realizada pela Academia de Polícia Sílvio Terra (...)

O concurso está se arrastando desde 5 de agosto de 1990, o que é inconcebível, pelo desgaste emocional e material que isso traz a todos os candidatos, policiais de carreira que, em sua maioria, anteviam essa oportunidade como uma tábua de salvação para melhorar funcionalmente, já que o salário que percebemos nem sequer nos permite morar em um modesto conjugado (...)

Queremos melhorar a instituição, mas necessitamos, agora mais do que nunca, do respaldo dessa mesma instituição na defesa dos nossos legítimos interesses." - **Mirtes Vicente Goulart** - São Cristóvão

● Criatividade



"Na condição de funcionário aposentado do INSS, durante algum tempo, recebia a minha aposentadoria em um banco da rede particular. Era um saque rápido, não levava mais de 20 minutos, mas, como

Rua Carvalho de Souza, demonstrando ser um homem criativo e humano, foi implantado um novo sistema de atendimento e, com esta medida, recebi o meu pagamento em apenas 40 minutos.

Levei uma vida denunciando e gritando através desse jornal contra os maus e incompetentes administradores que infestam os órgãos públicos, principalmente os que lidam com o povo. Por esta razão, quando aparece alguém com idéias voltadas para o bem-estar da humanidade, sinto-me no dever de elogiar, apesar de não o conhecer pessoalmente e nem saber o seu nome. Não tenho dúvidas em afirmar que é de pessoas assim que o Brasil precisa, homens que criem em benefício da humanidade." - **Feliciano Ignácio da Silva** - Maudreira.

● ECT explica

"Em função de nota publicada no dia 13, na Coluna **Justa Causa** desse prestigioso jornal, sob o título "Pessoal da ECT analisa a greve", gostaríamos de prestar alguns esclarecimentos, a fim de que a verdade, meta maior desse conceituado órgão de imprensa, seja restabelecida: - a dita "greve iniciada na segunda-feira" não ocorreu, tendo o quadro funcional desta empresa comparecido integralmente à totalidade das unidades administrativas e operacionais dos Correios do Rio de Janeiro; - da mesma forma estão operando os Correios dos Estados do Ceará, Pernambuco e Goiás, além de todas as cidades do interior paulista. Na capital de São Paulo, algumas ausências ainda são registradas, embora medidas alternativas tenham garantido o pleno tráfego da correspondência. (...)"

- **Alexandre Carlos Pinheiro Fernandes** - Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Rio.

● Orgias na rua

"Sou uma senhora de idade, moradora na Rua Sampaio Ferreira, na Piedade. E venho pedir ajuda, pelo amor de Deus. Minha última esperança é esse jornal. Aqui na rua tem muita barraca montada. Faz tempo que não temos mais sossego. Sexta, sábado e domingo, não dá nem para dormir: tem muita farra, orgia, bacanal. O pessoal das barracas fica fazendo ligações clandestinas, acho que chamam de gato, para roubar a luz das casas. Policiamento, não há. Estamos entregues, sem defesa, a essa gente. Toda a vizinhança sofre, mas ninguém tem coragem de reagir. O jornal podia mandar fazer uma reportagem. Ou solicitar às autoridades que venham aqui ver o que se passa. Não estamos agüentando mais." - **J. T. Dias** - Piedade

A palavra do dia

Boiadeiro - Tocador de boiada; marchante. Nome de largo na Rocinha, muito em voga nesta hora de aflição em que uma nova lei do inquilinato, com denúncia vazia e tudo, transita em regime de urgência no Congresso. No Largo do Boiadeiro, o mais valorizado do favelão, um mísero quarto, sem banheiro

GIL



Marcas de

Emir Amed



Assistimos, hoje, euforia dos pensadores, comunicólogos, economistas, políticos e empresários adeptos da chamada economia de mercado, verdade adeptos do modo de produção capitalista.

Haveria razão de sobra para tanta alegria se o imaginário não estivesse também presente na verdadeira onda, neste verdadeiro modismo das mortes e derrotas comunismo, do socialismo, da política, da História, da revolução, até mesmo do próprio pensamento. Vale dizer que o pensador anuncia a morte do pensamento e o ideólogo a morte da ideologia.

E por que falamos sempre de imaginário, nos mitos, nas lendas em que esse naipe, aliás primoroso, vem se baseando? Porque esse **modernos e pós-modernos** do pensamento estão, literalmente, abajando conceitos fundamentais da Economia Política e que permanecem válidos, apesar das mudanças transformações que, **realmente**, estão ocorrendo no Leste Europeu.

Citaremos adiante alguns desses conceitos científicos básicos. Além disso, a versão do fato pode não estar correspondendo ao verdadeiro fato, em sua essência, em seu âmago. A versão do fato é muito comum em nossa imprensa, que se torna, portanto, um aparelho ideológico do estado burguês, aparelho ideológico da mídia eletrônica, não repressora, mas que violenta as consciências, formando opinião, fazendo cabeças, como diria o pensador francês Louis Althusser, recém falecido.

Quanto aos conceitos básicos citemos, de início, os dois fundamentais de qualquer modo ou sistema global de produção: a) relação de produção; b) relações de propriedade.

Em qualquer sociedade ou segmento social, a pergunta que se faz para determinar o sistema econômico estudado ou vivido é: qual

Laudo confirma agressão a 3 moradores

Quatro supostos torturados no Borel são examinados pelo Instituto Médico Legal; delegado deve abrir inquérito

Marcos Cruz/Folha Imagem

NO AR

Nada demais

NELSON DE SÁ
Da Reportagem Local

Os petistas, dia após dia, afundam-se mais. A decisão de devolver o ouro da Odebrecht, tomada anteontem em Brasília, agora é dada como inexecutável. Para José Genoíno, na Bandeirantes, "a emenda saiu pior do que o soneto".

Também na Bandeirantes, uma declaração de Aloizio Mercadante —que é, ou era, dado como herdeiro de Lula, na presidência do partido— mostrou que não vai cumprir-se a tão orgulhosa decisão dos petistas do Distrito Federal:

— É até inviável devolver. O PT nacional já tem uma dívida de US\$ 1,5 milhão. Nós não sabemos nem como é que vamos pagar a dívida que temos.

O valor que seria devolvido às empreiteiras em Brasília, sem contar o dinheiro da campanha no Espírito Santo, chega a US\$ 400 mil. E falta, quem sabe, o Rio Grande do Sul, São Paulo etc. Talvez até a campanha nacional, de Lula.

Por falar em Lula, ele deixou o silêncio, afinal. Segundo o TJ, o candidato derrotado declarou que não vê "nada demais" na doação da Odebrecht. Então está certo. O escândalo das empreiteiras petistas também acabou em pizza.

Ser ou não ser

Ainda quanto à crise no PT, ao que parece os radicais podem tirar a decisão que quiserem, na burocracia do partido, que os novos governadores também vão agir como quiserem. Na lógica tortuosa de Cristovam Buarque, ontem na CBN:

— O partido é de oposição, mas o governador é governador do Distrito Federal. Eu não sou situação e nem sou oposição, na medida em que eu exerço a minha função de governador.

Aniversário do bode

— Há exatamente um ano, PC Farias era preso na Tailândia.

É o problema com os símbolos. PC, como registrou a manchete do TJ Brasil, além da CBN, ficou um ano preso para simbolizar a vontade geral de acabar com a impunidade, a vontade nacional de justiça.

Passado um ano, o símbolo é de injustiça, ele lá, sozinho, pagando por todos. Hoje, a velha cena da chegada de PC à prisão, vaiado pelo público, é constrangedora. Na ironia do âncora Boris Casoy, ontem no TJ:

— Dos dois grandes escândalos nacionais, o impeachment e o do Orçamento, o bode expiatório único é PC Farias. Está todo o mundo livre. Está todo o mundo morrendo de rir.

SERGIO TORRES
Da Sucursal do Rio

Três moradores do morro do Borel (Tijuca, zona norte do Rio) que dizem ter sido torturados sofreram agressões recentes, atesta laudo corporal do IML (Instituto Médico Legal).

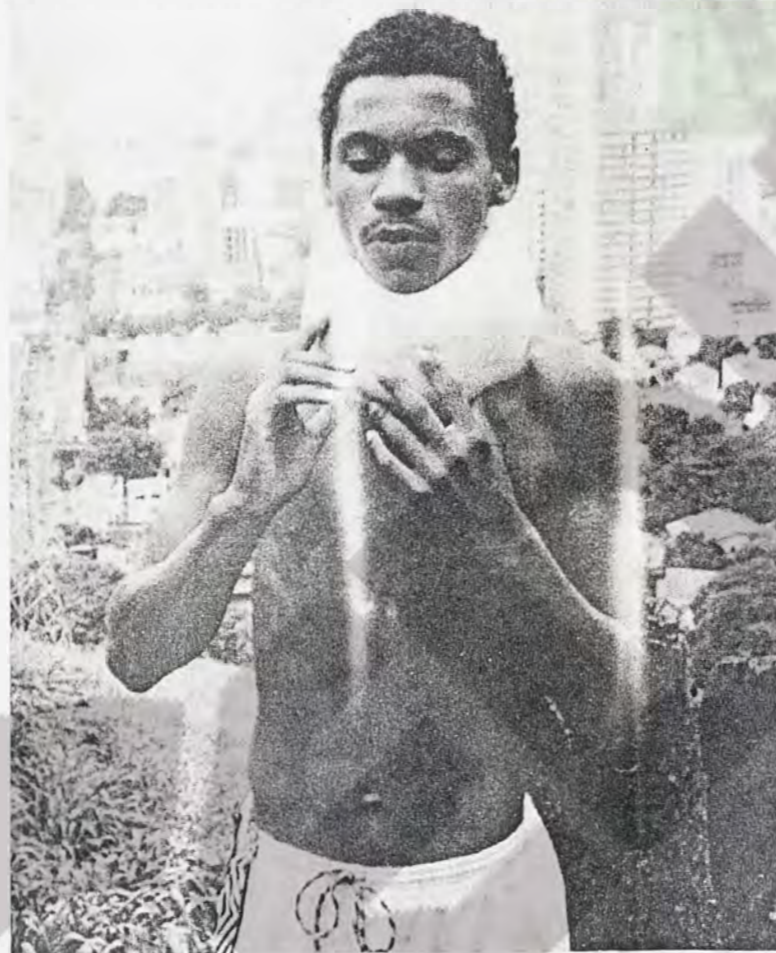
Até a tarde de ontem, o IML havia examinado quatro supostos torturados. Segundo os moradores, praticaram as torturas militares e policiais civis e militares durante a ocupação da favela.

Os exames de Alex Sandro Corrêa de Azevedo, 18, Francisco José Reis de Oliveira, 25, e Carlos Eduardo Rodrigues da Silva, 18, foram positivos. Os laudos descrevem as lesões, mas não apontam o que as provocou.

O IML informa que Azevedo apresenta hematomas e arranhões nas costas. Foi constatado um ferimento no queixo de Oliveira, além de escoriações nos punhos e tornozelo. O diretor do IML, Alexandre Maluf, disse que os arranhões foram causados por algemas e um soco provocou a ferida no queixo.

Nas costas de Rodrigues da Silva, o IML achou manchas roxas provenientes de agressões. O legislador não examinou o pescoço do rapaz, imobilizado por colar ortopédico. O IML pediu ao hospital que o atendeu explicações sobre a contusão. Rodrigues da Silva diz que homens da Brigada de Pára-Quedistas do Exército o golpearam.

O diretor do IML disse que não foram constatadas queimaduras



Carlos Eduardo da Silva usa imobilizador no pescoço

OUTRO LADO

"Será feita justiça"

Da Sucursal de Brasília, do enviado especial e da Sucursal do Rio

O comando militar da operação antiviolação no Rio está convencido de que não houve tortura durante a ação realizada no morro do Borel na semana passada.

Um general informou à Folha que em uma investigação preliminar, os militares apuraram que o sangue encontrado na igreja São Sebastião, no Borel, era de uma pessoa atendida por um médico do Exército.

O porta-voz da Operação Rio, coronel Ivan Cardozo, disse ontem que "será feita justiça" no caso de ser confirmada acusação de tortura.

O secretário da Justiça do Estado do Rio, Arthur Lavigne, se reuniu com o procurador da República Gustavo Tepedino para discutir as medidas a serem adotadas.

decorrentes de choques elétricos. Segundo ele, descargas de eletricidade aplicadas através da água não deixam marcas nas vítimas.

Ivanildo Batista de Carvalho, 17, disse que recebeu pontapés e socos. O IML não achou marcas. O delegado da 19ª DP, Oswaldo Cupello, disse que deve abrir inquérito logo que receber os laudos.

MESA-REDONDA

Debate enfoca violência no Rio

Da Redação

OAB/Rio, Sergio Zveiter.

A Folha promove hoje e amanhã dois debates enfocando o Rio. Os debates começam às 20h.



A segunda mesa-redonda, "Propostas para o Desenvolvimento do Rio", terá a participação do empresário e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio, Sergio Quintella, e dos economistas

LUIS HENRIQUE AMARAL
Da Reportagem Local

O cardeal-arcebispo do Rio, d. Eugênio de Araújo Sales, 73, afirmou ontem que não acredita nas denúncias de tortura dentro de igrejas durante as ações do Exército nos morros. "Se houve alguma

gregação e não ao cardeal.

Ao ser perguntado sobre como agiria se fosse comprovada a tortura, Sales disse que tentará se "entender com as autoridades para que isso não se repita".

Sales está em Roma para assistir à nomeação de 30 cardeais pelo papa. Em entrevista à Folha,

não é da diocese. Ele mora lá, ensina na universidade e não tem muito contato com a orientação da diocese. Já mandei tomar providências no sentido de que o que houver de errado ele comunique à cúria, que tomará providências. O objetivo é que cada uma não fique

co. É uma profanação. Já era intenção minha pedir para que fossem retiradas dos morros.

Folha - Como o sr. vem analisando a ação do Exército?

Sales - Vejo com simpatia e tentando evitar exageros e coisas erradas. Já estamos há

Cardeal diz não acreditar em tortura

no primeiro, "Propostas para o Combate à Violência no Rio", participam o general Newton Cruz, o presidente do movimento Viva Rio, Rubem Cesar Fernandes, o secretário do meio ambiente do município do Rio, Alfredo Sirkis, e o presidente da

Plano Estratégico do Rio de Janeiro, e Aspásia Camargo, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pesquisadora da FGV/Rio.

Os convites estarão à disposição do público a partir das 9h do dia de cada evento na portaria da Folha, al. Barão de Limeira, 425, Campos Eliseos, região central. A entrada é franca.

Aumentam casos de sequestros

Da Sucursal do Rio

O número de sequestros aumentou na cidade do Rio desde a assinatura do convênio anti-violência (31 de outubro), mas caiu o número de carros roubados ou furtados.

A ação das Forças Armadas não alterou o número diário de homicídios. As informações constam de estatísticas da Secretaria Estadual de Polícia Civil, da DAS (Divisão Anti-Sequestro) e DRFVAT (Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos Automotores).

Até ontem, dez pessoas estavam sequestradas. Seis delas (60% dos casos em andamento) foram capturadas a partir de 20 de outubro, quando o Exército ainda não tinham ido às ruas, mas a polícia já intensificava as ações em morros.

O diretor da DAS, Antônio Lopes, suspeita que, incomodado com a ocupação dos morros, o tráfico esteja praticando sequestros.

Nos primeiros 20 dias deste mês foram assassinados no Rio 223 pessoas —média de 11 por dia. O índice é o mesmo registrado em novembro do ano passado.

O diretor da DRFVAT, Leonilson Ribeiro, disse que a presença de militares e policiais nas ruas

causou a diminuição do número de carros roubados e furtados.

Ribeiro disse que na primeira quinzena deste mês 1.404 carros foram levados (93 por dia). "O policiamento nas ruas inibe este tipo de crime", afirmou o delegado.

(Sergio Torres)

Anistia envia carta a Itamar

Da Sucursal do Rio

A Anistia Internacional enviou ontem ao presidente Itamar Franco e ao comandante da Operação Rio, general Roberto Câmara Senna, carta alertando sobre a necessidade de que a operação militar no Rio não despreze direitos humanos.

A informação foi dada à Folha por Francisco Panizza, 47, pesquisador há cinco anos do Programa da Anistia Internacional para a América, sediado em Londres.

Na carta, segundo Panizza, a Anistia recomenda que as Forças Armadas, ao cumprir funções policiais, cumpram as normas internacionais sobre direitos humanos.

"Recomendamos também que todo tipo de operação seja feita

com a maior transparência, e com acompanhamento de entidades nacionais e internacionais de direitos humanos, para o caso de haver qualquer denúncia", afirmou.

Elê disse que a carta é assinada pelo secretário-geral da Anistia Internacional, Pierre Sané.

Cópias seriam remetidas também ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, e ao governador do Rio, Nilo Batista.

Panizza disse que a Anistia não interfere e nem sequer faz avaliação sobre a decisão do governo federal de convocar o Exército.

A Anistia atua desde 61 na defesa dos direitos humanos. Ganhou o prêmio Nobel da Paz, concedido pela ONU em 1977.

(Fernanda da Escóssia)

cúpula do Exército", disse.

As denúncias foram feitas anteriormente pelo pároco da igreja São Sebastião —no morro do Borel—. Olinto Pegoraro, 60.

Sales disse que Pegoraro não seguiu orientação da diocese do Rio ao fazer a denúncia. O padre é religioso camiliano e por isso está subordinado ao superior de sua con-

gregação, afirmou que ve com "simpatia" a ação do Exército.

Folha - O Exército pediu ajuda à igreja na fiscalização de excessos de violência na Operação Rio, como a tortura denunciada por um padre...

D. Eugênio de Araújo Sales - Parece que houve somente um caso, na favela do Borel. Este padre

Comandante nega violência

FERNANDO MOLICA

Da Sucursal do Rio

O comandante da ESG (Escola Superior de Guerra), tenente-brigadeiro Sérgio Ferolla, disse ontem não duvidar da possibilidade de um soldado ter "maltratado fulano, revistado alguém com mais um pouquinho de violência" durante ações da Operação Rio.

Ele negou, porém, as acusações de tortura. Segundo ele, não há possibilidade de um soldado ter torturado pessoas "em um altar" (uma referência às acusações do padre da igreja do Borel —morro na zona norte— Olinto Pegoraro).

Ferolla atribuiu essas acusações a "interesses contrariados" pela ação das Forças Armadas. Ele comparou a atuação das Forças Armadas ao "caminhar sobre a lâmina de uma navalha".

Admitiu que a operação poderá frustrar uma parte da população que espera o fim do tráfico e, ao mesmo tempo, arranhar a imagem das Forças Armadas diante de acusações de tortura e outras violações de direitos constitucionais.

"É muito perigoso. As Forças Armadas são preparadas para a guerra e, em situações como a

atual, não podem agir com a plenitude da guerra", disse.

Segundo ele, os soldados não são treinados para as funções de polícia. De acordo com Ferolla, isso ajuda a explicar a ocorrência de "distorções".

"O soldado é preparado para destruir, já a polícia tem uma função social", afirmou.

De acordo com Ferolla, a atuação das Forças Armadas no Rio ocorre em um cenário "muito delicado". Isso porque, segundo ele, não há um inimigo claro e estão em vigor todas as garantias constitucionais. Ele chegou a fazer uma comparação com a guerra do Vietnã, onde também havia a dificuldade de identificar o inimigo.

Ferolla disse ser contrário à possibilidade de uma extensão da presença das Forças Armadas no Rio. Segundo ele, as tropas entraram em ação para mostrar a existência de autoridade. Concluído este trabalho, suas tarefas devem ser transferidas à polícia e para os órgãos de atuação social do governo.

Pela manhã, ao abrir o 2º Encontro da ESG com a Mídia, Ferolla disse que a violência tem causas sociais.

Militares querem sair do Rio

FERNANDO RODRIGUES

Enviado especial ao Rio

O Exército dirá hoje para a Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Brasília, que não é desejo dos militares ficar no Rio após 30 de dezembro.

O dia 30 de dezembro é quando termina o convênio firmado (em 31 de outubro) entre os governos federal e fluminense para criar a Operação Rio.

Pelo convênio, coube ao Exército coordenar as ações de todas as forças policiais no Rio no combate ao tráfico de drogas e ao contrabando e posse ilegal de armas.

A Folha apurou que serão discutidas quatro opções principais para a Operação Rio hoje na Comissão de Defesa da Câmara:

1) Criar legislação específica para manter o Exército no Estado — Embora seja considerada a mais correta, não é vista como exequível pelos parlamentares;

2) Adoção do estado de defesa — É considerada uma opção extrema. O militares não desejam essa via e os deputados a aceitariam apenas em último caso.

3) Prorrogar o convênio — É uma saída que desgastaria o Exér-

cito, na opinião dos militares. Os deputados também não enxergam essa opção como a melhor.

4) Saída do Exército no prazo estipulado — Os militares querem. Os parlamentares, também.

O grande obstáculo para saída dos militares em 30 de dezembro é exatamente a data: a antevéspera da posse do novo governador do Rio, Marcello Alencar.

A estratégia será estabelecer um contato direto com a equipe de transição do governo de Marcello Alencar. Isso seria feito para que os assessores do próximo governador tomassem pé da situação.

Para ajudar nos contatos, o ministro da Justiça, Alexandre Dupuyrat, passará a acompanhar mais de perto a Operação Rio. Dupuyrat participa hoje da sessão na Comissão de Defesa.

Dos militares, devem comparecer, além de Lucena, os generais Edson Alves Mey (do Comando Militar do Leste) e Roberto Câmara Senna (da Operação Rio).

A sessão começa às 14h. Parte dela será secreta —para que os militares relatem detalhes operacionais das ações no Rio.

Bope faz operação na ladeira dos Tabajaras

LUÍS EDUARDO LEAL
RICARDO FELTRIN

Enviados especiais ao Rio

Pelo menos 250 militares e 50 policiais do Bope (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar) realizaram das 14h15 às 17h operação de bloqueio na favela da ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, zona sul do Rio.

Quatro pessoas foram presas —três sem documentos e uma em flagrante. O motivo do flagrante não foi divulgado. Os detidos foram levados para o Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, e para a 13ª DP, em Copacabana.

Armados com pistolas e fuzis

FAL, os militares fizeram barreiras com jipes e motos em pelo menos sete vias de acesso à favela. No início da operação, um helicóptero deixou militares em "pontos estratégicos" no alto do morro.

Durante 40 minutos, nenhum morador teve autorização para entrar ou sair do local. Eles eram orientados a permanecer a uma distância de 50 metros do principal bloqueio, na ladeira dos Tabajaras.

No alto da Tabajaras, em frente à quadra da escola de samba Vila Rica, dez homens foram mantidos sentados no chão por policiais do Bope. Os homens estavam sem camisa, com as costas em um muro.

A operação irritou Gilson Car-

doso, 43, que trabalha no gabinete de perícia médica do Estado.

Cardoso usava terno e gravata e afirmou que acabara de sair de casa para comprar um remédio para a neta, Daiana, de nove meses. "Minha neta está doente e eu estava cuidando dela", disse.

No morro do Borel (zona norte), duas equipes da DRE prenderam dois suspeitos de tráfico, apreenderam três armas e quantidade não divulgada de maconha.

A ação dos policiais aconteceu cerca de 24 horas após tropas do Exército terem deixado o morro, ocupado na sexta-feira. As armas e a droga estavam enterrados em um local conhecido como "Grotta".



ROSE

PELA DEFESA DA VIDA

NÃO A VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER



Quem tem medo
Quem tem medo
Quem tem medo
Quem tem medo

Quem tem medo de uma feminista da Baixada ?

ROSE DE SOUZA FOI VEREADORA EM NOVA IGUAÇU E É DEPUTADA ESTADUAL PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES. FEMINISTA E MILITANTE NO MOVIMENTO DE MULHERES HÁ MAIS DE DEZ ANOS.

NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 1990, ROSE SOFREU TENTATIVA DE AGRRESSÃO EM VIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU. A PARTIR DE ENTÃO, VEM SENDO AMEAÇADA DE MORTE, ESTUPRO E OUTRAS INTIMIDAÇÕES POR TELEFONE.

QUEM TEM MEDO DE UMA FEMINISTA DA BAIXADA?

ROSE PROPÔS, JUNTO COM A BANCADA DO PT NA CÂMARA DE NOVA IGUAÇU, UMA AÇÃO POPULAR CONTRA RESOLUÇÕES TOMADAS PELOS VEREADORES. ESTES QUERIAM QUE UMA VEREADORA ELEITA PELO VOTO POPULAR E DOS TRABALHADORES SE CALASSE DIANTE DE TAIS RESOLUÇÕES:

- QUE OS EX-PREFEITOS TIVESSEM DIREITO À PENSÃO VITALÍCIA, COM VENCIMENTOS ATUALIZADOS DO EXECUTIVO, EXTENSIVA AS VIÚVAS;
- QUE OS VEREADORES TIVESSEM UM AUMENTO NOS SEUS VENCIMENTOS, COM EFEITO RETROATIVO A OUTUBRO DE 1989, NO VALOR DE 90% DOS VENCIMENTOS DO DEPUTADO ESTADUAL.

QUEM TEM MEDO DE UMA FEMINISTA DA BAIXADA?

SECRETARIA DE MULHERES DO PT

R. V. O.

- APRESENTAÇÃO
- LEITURA BÍBLICA
- O QUE CADA UM ENFRENTA DE MAIS GRAVE NO
 - TRABALHO
 - BAIARRO
 - COMUNIDADE
 - FAMÍLIA
- ESCOLHER E ANALISAR UM CASO
 - APROFUNDAR, ESCLARECER
 - DAR SUGESTÕES PARA ENFRENTAR O CASO
- PESSOA ESCOLHE SUGESTÃO MAIS INTERES-SANTE E PEDE MAIS DETALHES
- ENCAMINHAMENTO DA SUGESTÃO
 - INDIVIDUALMENTE
 - COLETIVAMENTE



ROSE

PELA DEFESA DA VIDA

NÃO A VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER



Quem tem medo
Quem tem medo

Quem tem medo
Quem tem medo

Quem tem medo de uma feminista da Baixada ?

ROSE DE SOUZA FOI VEREADORA EM NOVA IGUAÇU E É DEPUTADA ESTADUAL PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES. FEMINISTA E MILITANTE NO MOVIMENTO DE MULHERES HÁ MAIS DE DEZ ANOS.

NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 1990, ROSE SOFREU TENTATIVA DE AGRESSÃO EM VIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU. A PARTIR DE ENTÃO, VEM SENDO AMEAÇADA DE MORTE, ESTUPRO E OUTRAS INTIMIDAÇÕES POR TELEFONE.

QUEM TEM MEDO DE UMA FEMINISTA DA BAIXADA?

ROSE PROPÔS, JUNTO COM A BANCADA DO PT NA CÂMARA DE NOVA IGUAÇU, UMA AÇÃO POPULAR CONTRA RESOLUÇÕES TOMADAS PELOS VEREADORES. ESTES QUERIAM QUE UMA VEREADORA ELEITA PELO VOTO POPULAR E DOS TRABALHADORES SE CALASSE DIANTE DE TAIS RESOLUÇÕES:

- QUE OS EX-PREFEITOS TIVESSEM DIREITO À PENSÃO VITALÍCIA, COM VENCIMENTOS ATUALIZADOS DO EXECUTIVO, EXTENSIVA AS VIÚVAS;
- QUE OS VEREADORES TIVESSEM UM AUMENTO NOS SEUS VENCIMENTOS, COM EFEITO RETROATIVO A OUTUBRO DE 1989, NO VALOR DE 90% DOS VENCIMENTOS DO DEPUTADO ESTADUAL.

QUEM TEM MEDO DE UMA FEMINISTA DA BAIXADA?

SECRETARIA DE MULHERES DO

EXIGÊNCIAS PARA UM GRUPO DE P.O.

- CERTA ORGANIZAÇÃO
- TER OBJETIVOS CLAROS
E CERTO PLANEJAMENTO
- MÉTODO DE FORMAÇÃO
- REUNIÃO FREQUENTE
E DISCIPLINA
- AVALIAÇÃO FREQUENTE

SUGESTÃO: ANOTAR TUDO, PRINCIPALMENTE
AS DECISÕES



ROSE

PELA DEFESA DA VIDA

NÃO A VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER



Quem tem medo

Quem tem medo

Quem tem medo

Quem tem medo

Quem tem medo de uma feminista da Baixada ?

ROSE DE SOUZA FOI VEREADORA EM NOVA IGUAÇU E É DEPUTADA ESTADUAL PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES. FEMINISTA E MILITANTE NO MOVIMENTO DE MULHERES HÁ MAIS DE DEZ ANOS.

NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 1990, ROSE SOFREU TENTATIVA DE **AGRESSÃO** EM VIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU. A PARTIR DE ENTÃO, VEM SENDO AMEAÇADA DE MORTE, ESTUPRO E OUTRAS INTIMIDAÇÕES POR TELEFONE.

QUEM TEM MEDO DE UMA FEMINISTA DA BAIXADA?

ROSE PROPÔS, JUNTO COM A BANCADA DO PT NA CÂMARA DE NOVA IGUAÇU, UMA AÇÃO POPULAR CONTRA RESOLUÇÕES TOMADAS PELOS VEREADORES. ESTES QUERIAM QUE UMA VEREADORA ELEITA PELO VOTO POPULAR E DOS TRABALHADORES SE CALASSE DIANTE DE TAIS RESOLUÇÕES:

- QUE OS EX-PREFEITOS TIVESSEM DIREITO À PENSÃO VITALÍCIA, COM VENCIMENTOS ATUALIZADOS DO EXECUTIVO, EXTENSIVA AS VIÚVAS;
- QUE OS VEREADORES TIVESSEM UM AUMENTO NOS SEUS VENCIMENTOS, COM EFEITO RETROATIVO A OUTUBRO DE 1989, NO VALOR DE 90% DOS VENCIMENTOS DO DEPUTADO ESTADUAL.

QUEM TEM MEDO DE UMA FEMINISTA DA BAIXADA?

SECRETARIA DE MULHERES DO PT/RJ

R. V. O.

• É UM DIÁLOGO

- COM OS COMPANHEIROS
- COM A PALAVRA DE DEUS
- COM A VIDA -

- NO TRABALHO
- NO BAIAR
- NA COMUNIDADE
- NA FAMÍLIA
- NO PARTIDO

etc.

• USA O MÉTODO
VER - JULGAR - AGIR

OU
PRÁTICA - TEORIA - PRÁTICA



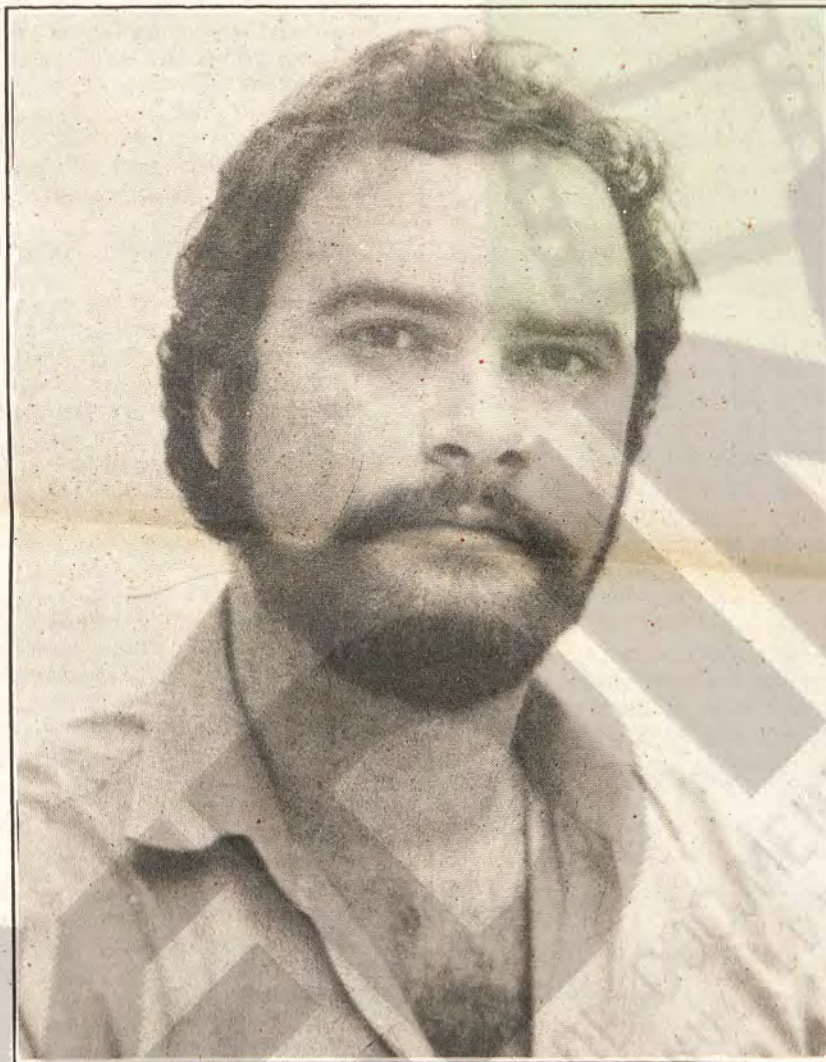
*"Somos a nossa
própria esperança"*

MANIFESTO

O quadro em que vive a maioria da população, relegada ao mais completo abandono e onde lhe falta as condições mínimas de vida, como o trabalho, a educação, assistência à saúde, moradia, entre outras coisas, é desesperador. Na luta pela sobrevivência, o importante passa a ser a salvação da própria pele. Diante dessa situação precisamos reencontrar na solidariedade a força para a superação da tragédia nacional. E assim, reacendermos a chama da esperança por um Brasil justo e fraterno, onde as pessoas sejam sujeitos de sua própria história.

Como afirmou o poeta: "o tempo não pára". E não parou. A grande roda da história nos traz 1994. Precisamos resgatar o "Sem Medo de Ser Feliz", nas ruas, nas escolas, nos setores de trabalho, em todo o lugar. A perspectiva de elegermos o companheiro Luis Inácio LULA da Silva, Presidente da República, tem deixado as elites de cabelo em pé. Preparam-se para realizar, outra vez, todo tipo de manobras de modo a afastar os trabalhadores do rumo das transformações.

Para alcançarmos o LULA LÁ precisamos construir uma bancada petista forte e combativa, que possa servir de instrumento de sustentação do futuro governo em todos os estados do país. É hora de rompermos as amarras do atraso que



impõe sacrifícios, preconceitos e decepções a milhões de brasileiros.

A Baixada Fluminense é o retrato fiel dessa realidade, onde cada vez mais se aprofunda o abismo entre os que tudo tem e pode e os que muito produzem e nada conseguem. Juntos queremos dar um basta à mesmice e à desilusão, inimigas permanentes das mudanças.

Neste sentido os que assinam o presente Manifesto, apóiam a candidatura do companheiro Vereador de Nova Igua-

çu, Artur Messias, para Deputado Estadual, por entendermos que Artur eleito Deputado, será uma voz permanente em defesa da população e um forte ponto de apoio do futuro governo Lula, e um instrumento permanente na construção do PT na Baixada.

Ao longo do seu Mandato de Vereador, em Nova Iguaçu, Artur vem se destacando pelo compromisso com as lutas dos movimentos populares, estimulando a participação mais incisiva da população na vida política da cidade. Defendendo que é o cidadão e não o político que muda o rumo da história, sua ação parlamentar ajuda a identificar o Partido com os trabalhadores.

A construção dessa candidatura parte das aspirações coletivas de dezenas de companheiros, fugindo à lógica de qualquer aspiração pessoal ou de grupo.

Ao apoiarmos Artur Messias para Deputado Estadual estamos afirmando um projeto transparente e capaz de aglutinar milhares de pessoas em torno de propostas novas, fruto das idéias, reflexões, desejos e da prática política de cada cidadão que se soma ao projeto em construção que, prazerosa e coletivamente, começamos a esboçar. A alegria de sorrir, de viver com justiça, com casa, com pão e com fé continua conosco. SOMOS A NOSSA PRÓPRIA ESPERANÇA.

5340

Livro caixa da Comissão
Diocesana de Pastoral Ope-
rária de Nova Iguaçu.

Aberto em outubro de
1984.

Responsável: Edson M. Mesquita

Este livro é de VL NIS.

CEPIM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

DÉBITO

CAI

Outubro e Novembro de 1984

02	Secretaria	1 51. 9 0 0
03	Em contro de Outubro	26. 0 0 0
		<hr/>
		1 7 7. 9 0 0

Dezembro e Janeiro de 1985

05	Emcontro de dezembro	5. 0 0 0
06	" "	1 6 4. 5 0 0
07	Secretaria	2. 4 2 0
		<hr/>
		1 7 1. 9 2 0

Março e Abril de 1985

08	Emcontro de Outubro	1 3. 0 0 0
09	Secretaria	3 5. 7 2 0
10	Alimentação	1 1. 5 0 0
11	Passagem	8. 0 0 0
		<hr/>
		6 8. 2. 2 0

Edson M. M. Pereira

XA

CRÉDITO

Outubro e Novembro de 1984

01	Doações e ajuda de projeto	1 9 0. 9 0 0
	Saldo em caixa	1 3. 0 0 0

Dezembro e Janeiro de 1985

04	Ajuda de projeto	2 5 0. 0 0 0
	Saldo em caixa anterior	1 3. 0 0 0
		<hr/>
		2 6 3. 0 0 0

Saldo em caixa atual 91. 0 8 0

Março e Abril de 1985

Saldo atual 22. 8 6 0

Edson M. M. Pereira

DÉBITO

CAI

XA

CRÉDITO

Maio e Junho de 1985

12	Passeagens	8.000
13	Secretaria	1.519.900
14	Contrib. à entidade	200.000
15	Representação da CDPO	20.000
		<hr/>
		379.900

Julho e Agosto de 1985

17	Passeagens	11.700
18	Secretaria	7.200
19	Contrib. à entidade	2.150.000
		<hr/>
		2.168.900

Setembro e Outubro de 1985

20	Secretaria	1.333.380
21	Passeagens e taxa	35.900
22	Reuniões da CDPO	85.000
23	Deposito	335.000
		<hr/>
		589.280

Edson M. M. M. M.

Maio e Junho de 1985

16	Ajudas de projeto	3.400.000
	Saldo anterior	22.860
		<hr/>
		3.422.860
		<hr/>
		Saldo atual
		3.042.960

Julho e Agosto de 1985

	Saldo atual	874.068
--	-------------	---------

Setembro e Outubro de 1985

	Saldo atual	284.788
--	-------------	---------

Edson M. M. M.

DÉBITO

CAI

XA

CRÉDITO

Novembro e Dezembro de 1985

25	Articulação do Conselho	47.000
26	Reunião do Conselho	54.970
27	Doação a FO	200.000
28	Secretaria	152.400
29	Passeios	13.000
		<hr/>
		467.370
		467.370

Novembro e Dezembro de 1985

24	Correio - projeto	35.000
30	Retirada de Cadeira	150.000
	Saldo anterior	284.788
		<hr/>
		469.788
		<hr/>
		Saldo atual
		9.788
		9.788

Janeiro e Fevereiro de 1986

32	Secretaria - Bonus - 1/2	166.500
33	Alimentação - conf. CDPO	21.500
34	PAM - pass	48.800
		<hr/>
38	Alimentação do Sem.	534.730
39	Contribuição do pag	15.000
40	Contrib. Alile - Colme	40.000
41	PAM - pass - Sem. Ant.	53.000
42	Lanche	10.500
		<hr/>
		890.030
		<hr/>
Débito atual		123.242

Janeiro e Fevereiro de 1986

31	Retirada de Cadeira	200.000
35	Bonus	54.000
36	Insuísos	70.000
37	coleta de MINA	253.000
43	Insuísos	25.000
44	Bonus	40.000
45	Insuísos	115.000
		<hr/>
		Saldo anterior
		9.788
		<hr/>
		767.788

Edson M. de Aguiar

Edson M. de Aguiar

DÉBITO

CAI

XA

CRÉDITO

Março e Abril de 1986

50	Secretaria do org.	2.251,12
51	Divulgação do org.	4.503,90
52	Estadão do org.	11.629,30
53	pag. do seminário	1.620,00
54	Articulação do org.	750,35
		<hr/>
		19.296,67

Maio e Junho de 1986

55	passagem	20,00
56	Secretaria	30,00
57	Revelação do filme	130,00
		<hr/>
		180,00

Edson M. Augusto

Março e Abril de 1986

46	Camisetas	450,00
47	taxa de inscrições	1.190,00
48	Bonus	130,00
49	Cont. Diocese	17.800,00
		<hr/>
		19.570,00

Saldo em caixa 273,33

Maio e Junho de 1986

58	comprimento	21,57
59	retirada da caderneta	65,00
		<hr/>
		273,33
		<hr/>
		359,90

Saldo atual 179,90

Don por encerrado ou fechado o mês de maio e para a contabilidade da CDPO Livro caixa do novo Tesoureiro. 01 de junho de 1986

Edson M. Augusto

DÉBITO

CAI

XA

CRÉDITO

NO DIA 01 DE JUNHO
DE ANO DE 1987 D.C
EU: LUIS CARLOS.

RECEBI COMO
NOVO TESOUREIRO A
C.D.P.O COMISSÃO DO
CESAMA DE PASTORAL
OPERADIA). O PRESENTE
LIVRO CAIXA DO SR
EDSON MESQUITA.

ESTANDO O MESMO COM
SUAS ANOTAÇÕES COMPLE-
TAS. E COM UM
SALDO POSITIVO DE
CRZ\$ 179,90.

ASSIM SENDO PASSO A
FAZER OS DEVITOS LAN-
CAMENTOS REFEREN-
TES A GESTÃO DA
NOVA COMISSÃO.

OBS. AS ANOTAÇÕES DE
JUNHO-JULHO-AGOSTO
~~DE~~ NÃO ESTÃO ANOTADAS
PELO FATO DE NÃO HAVER VER-
BA PARA AS ATIVIDADES.

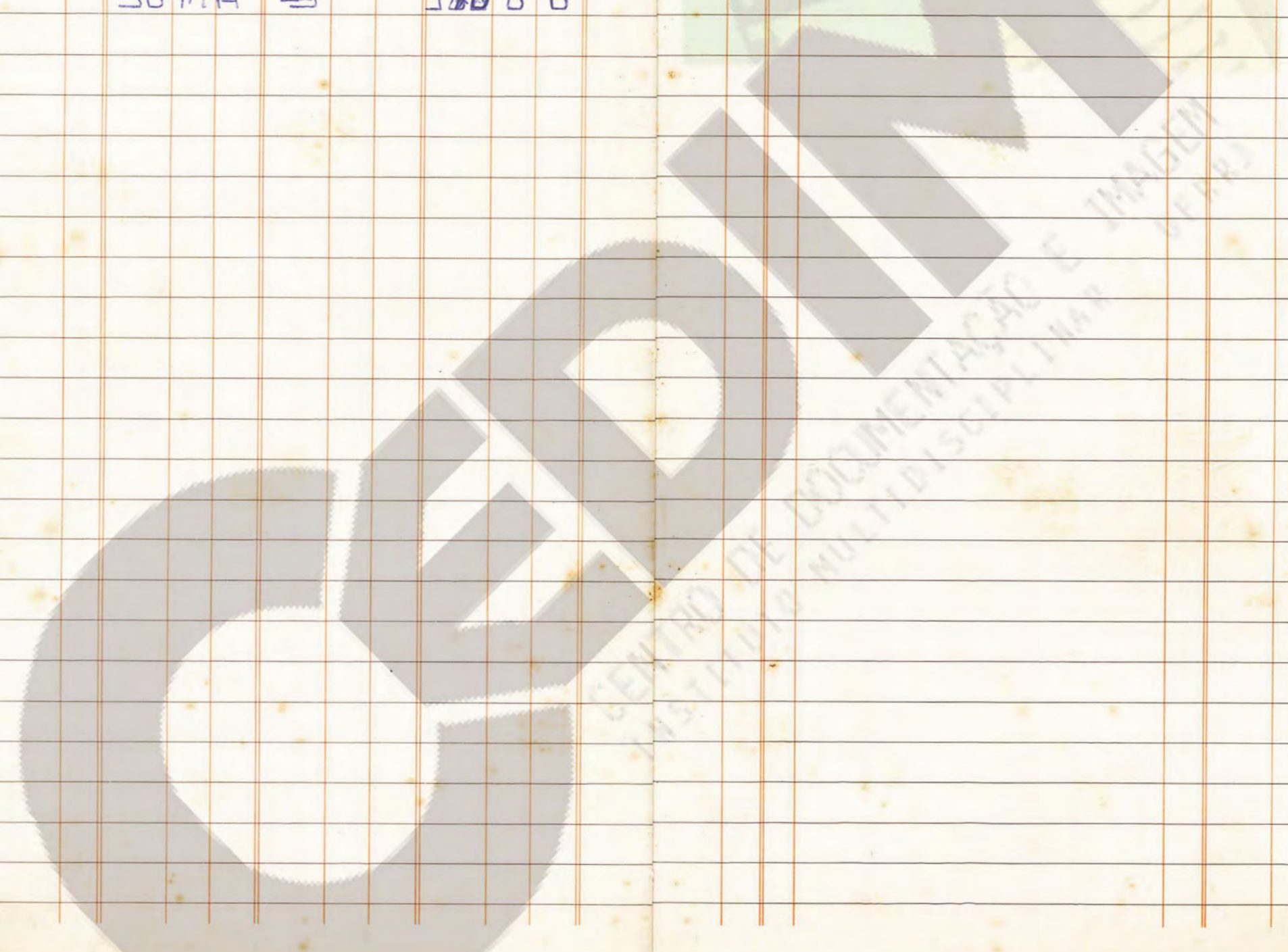
DÉBITO

CAI

XA

CRÉDITO

SETEMBRO		E	O U T U B R O		DE	1986	SETEMBRO		E	O U T U B R O		DE	1986
01	→ ALIMENTAÇÃO AVULSA					112 0 0	→ 0 1 DOAÇÃO - DIÓCESE (PROJETO)						2500 00
02	→ ALIMENTAÇÃO DO SEMINÁRIO					656 0 0	SALDO ANTERIOR						179 90
03	→ PASSAGENS					75 8 0	TOTAL DE ENTRADAS		SOMA →				2679 90
04	→ SECRETARIA					55 0 0	TOTAL DE GASTOS						- 948 80
06	→ TRANSPORTE DE MATERIAL (TAXI)					80 0 0	SALDO ATUAL		→				1721 10
TOTAL DE GASTOS						<u>978 8 0</u>							
							SOMA →						



DÉBITO

CAI

XA

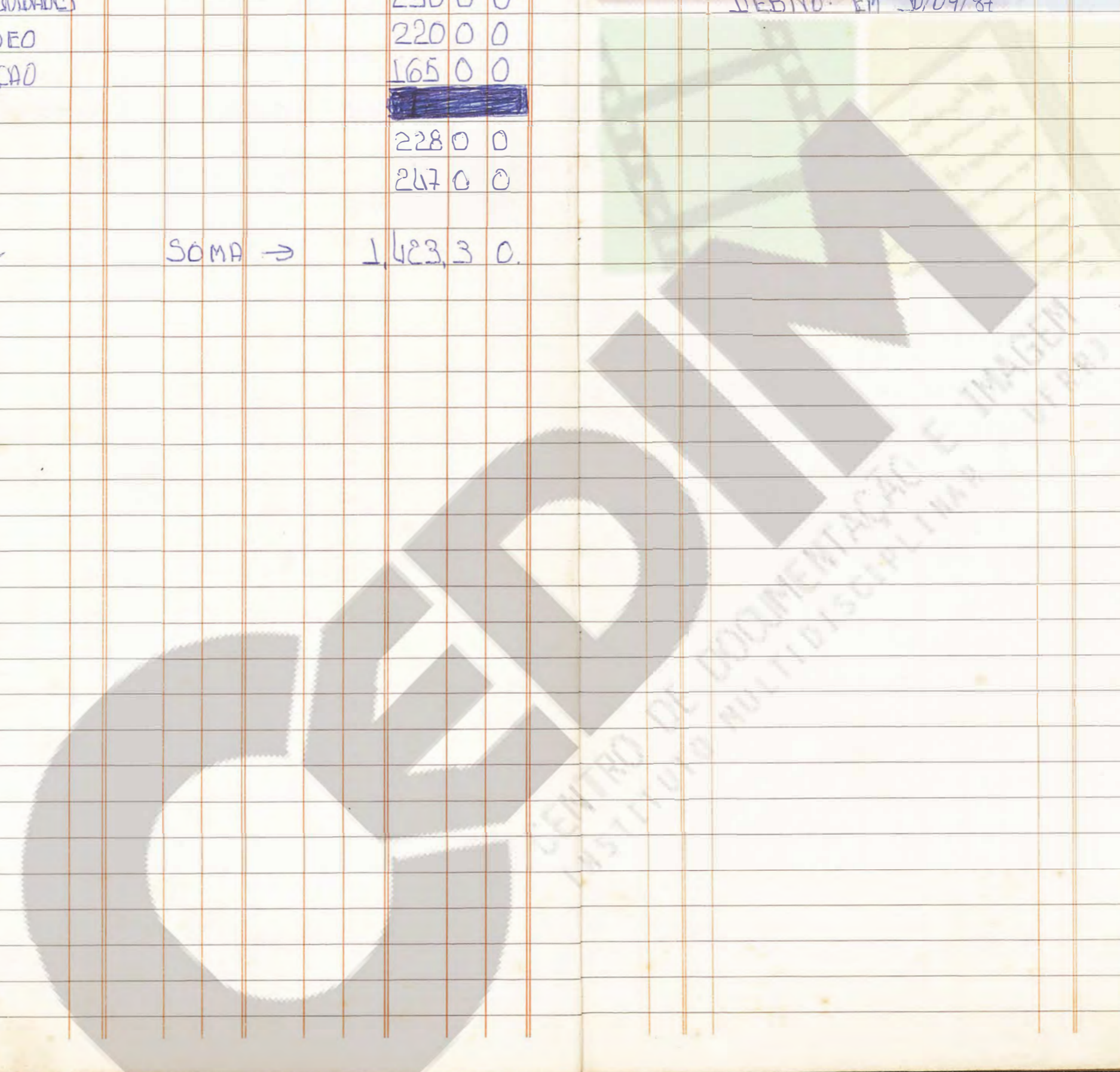
CRÉDITO

	JANEIRO	FEBREIRO	1988
			12700
06	→ ALIMENTAÇÃO AVULSA		11300
07	→ PASSAGENS		11300
08	→ GASOLINA		10000
09	→ MATERIAL DE FORMAÇÃO		4500
10	→ MATERIAL DE SECRETARIA		1200
11	→ XEROX		1200
	TOTAL DE GASTOS	SOMA →	40900 40900

	JANEIRO	FEBREIRO	1988
			170100
	SALDO ANTERIOR		170100
	TOTAL DE GASTOS		40900
	SALDO ATUAL	→	129200



DÉBITO				CAI	XA	CRÉDITO			
MARÇO		A	ABRIL	1989	MARÇO		E	ABRIL	1989
11	→ ALIMENTAÇÃO AVULSA			230 0 0		SALDO ANTERIOR -			1292 0 0
12	→ PASSAGENS -			1083 0 0		TOTAL DE GASTOS -			- 1423 3 0
13	→ FAIXA-(CAMP FRATERNIDADE)			250 0 0		DEBITO EM 30/04/89	→		131 3 0
14	→ (2) ANTENAS P/O VIDEO			220 0 0					
15	→ MATERIAL DE FORMAÇÃO			165 0 0					
16	→ XEROX			228 0 0					
				228 0 0					
17	SECRETARIA			247 0 0					
TOTAL DE GASTOS -			SOMA →	1.423,3 0.					



DÉBITO

CAI

	MAIO	E	JUNHO		19	89
18	ALIMENTACAO AVULSA.			354	0	0
19	PASSAGENS			246	2	0
20	TAXI.			200	0	0
21	SECRETARIA			130	8	0
22	MAI. DE FORMACAO			200	0	0
23	XEROX			123	0	0
24	FAIXAS			129	5	0
25	EXTENCIL			65	0	0
26	FITA VIDEO CASSETE			350	0	0
27	CORREIOS			42	0	0
28	FICHAS DE TELEFONE			29	0	0

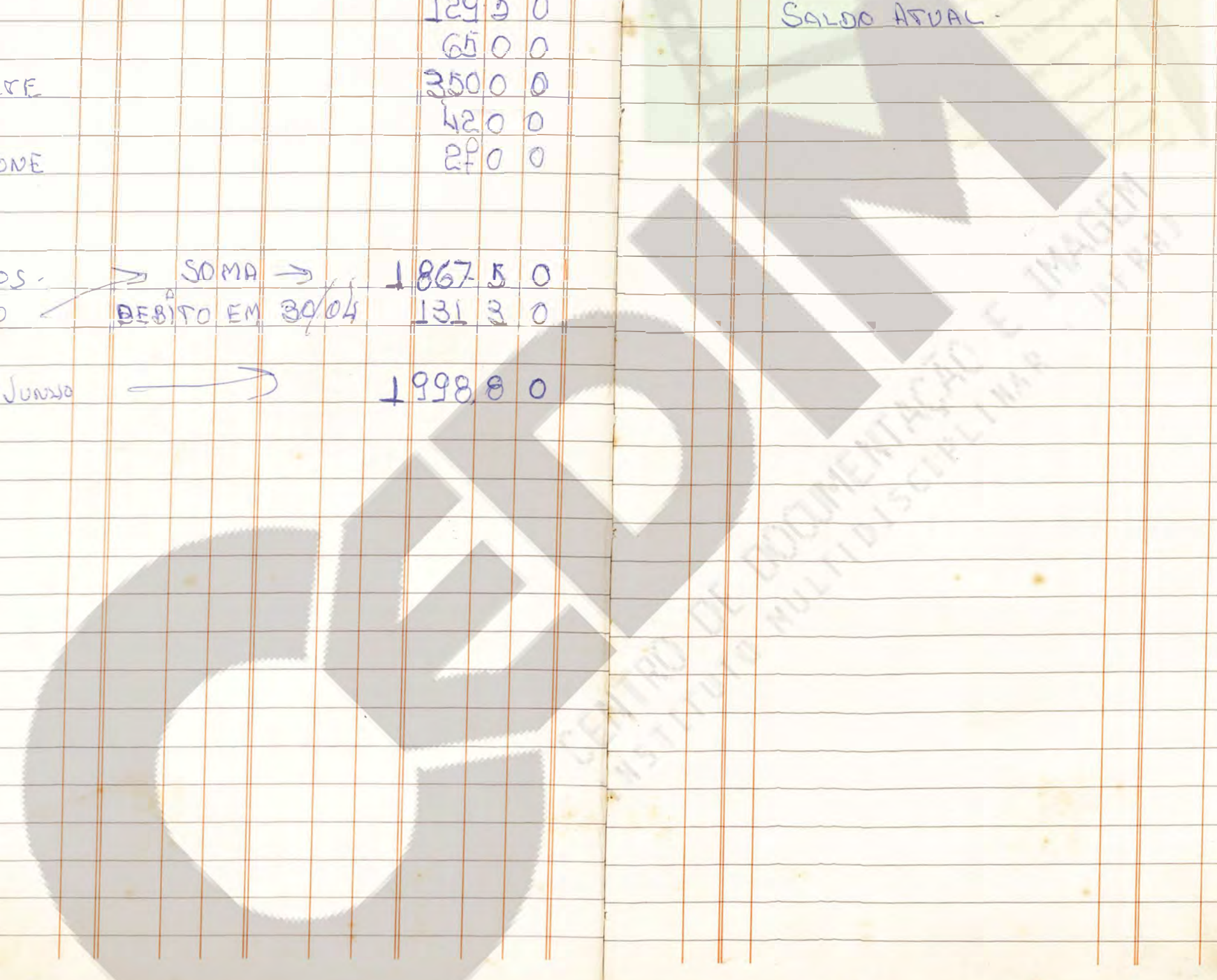
TOTAL DE GASTOS - SOMA → 1 867 5 0
 MAIO X JUNHO ← DÉBITO EM 30/04 131 3 0

BALANÇO GERAL MAIO X JUNHO → 1 998 8 0

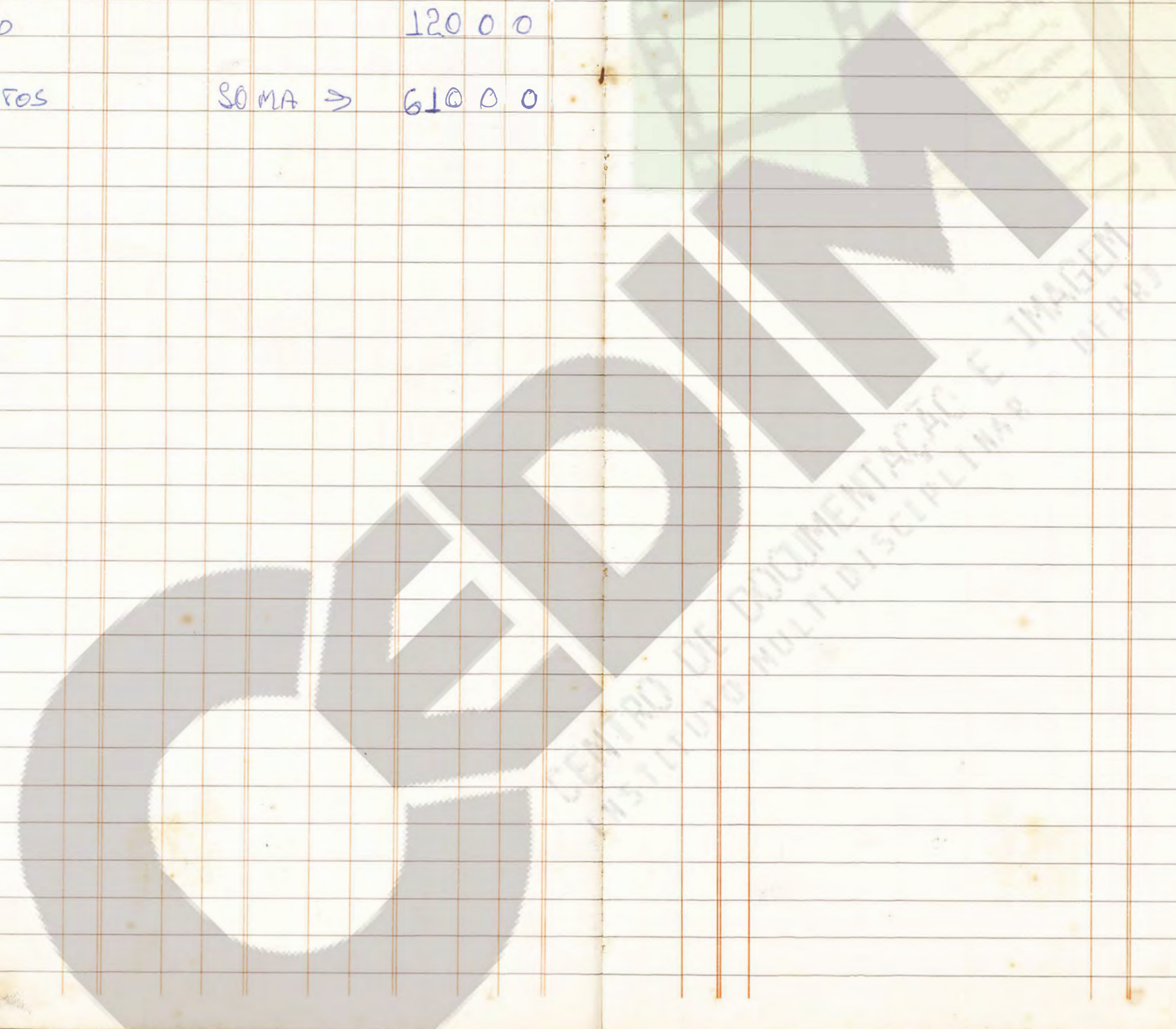
XA

CRÉDITO

	MAIO	E	JUNHO		19	89
02	EMPRESTIMO			1 600	0	0
03	EMPRESTIMO			1 000	0	0
	TOTAL DE ENTRADAS MAIO X JUNHO			2 600	0	0
	TOTAL DE GASTOS			1 998	0	0
	DÉBITO EM 30/04			131	0	0
	SALDO ATUAL			471	0	0



DÉBITO		CAI	XA	CRÉDITO	
JULHO	E AGOS O	19 88	JULHO	E AGOSTO	19 88
29	COMPRA DE FITA DE VIDEO	400 0 0	04 EMPRÉSTIMO		200 0 0
					171 0 0
30	COMPRA DE UM CABO PARA O VIDEO	90 0 0	TOTAL DE GASTOS	→	610 0 0
31	COMPRA DE OUTRO CABO P/O VIDEO	120 0 0	SALDO ATUAL	-	610 0 0
	TOTAL DE GASTOS	SOMA → 610 0 0			



DÉBITO		CAI	XA	CRÉDITO	
SETEMBRO	E OUTUBRO	19 88	SETEMBRO	E OUTUBRO	19 88
32	MATERIAL MÍMEOGRAFIA DO NO CEPAL BOLETIM DA COMISSÃO	280 0 0	05 EMPRESTIMO SALDO ANTERIOR		280 0 0 610 0
			GASTOS	→	280 0 0
			SALDO ATUAL	→	310 0 0



Q

U

I

Z

Z

E

Z

A



opinião
análise
informação
circulação interna

305

31/10/01



- ★ **Os pica-paus na guerra do Afeganistão**
- ★ **Os EUA apertaram o botão antes**
- ★ **Trabalhar menos para que todos trabalhem**
- ★ **Recursos do FAT: o que fazer?**
- ★ **O programa da produção e o programa da revolução**
- ★ **A história do "Grito dos Excluídos"**
- ★ **A universidade neoliberal**
- ★ **Campanha contra a "Nafta das Américas"**

Custo unitário desta edição: R\$ 2.50

A volta do Bumerangue (o outro e o mesmo)

Mauro Luis Iasi

Já foi falada tanta bobagem sobre os recentes atentados contra os EUA que não posso resistir a levantar, também, minha modesta contribuição para tentar esclarecer os fatos. Alguns esotéricos acreditam que tudo é culpa da construção da Casa Branca que não teria levado em conta os fluidos negativos, a localização das salas e tudo isto, o que explicaria as incríveis atrapalhadas dos presidentes norte americanos. Outros recorrem às profecias de Nostradamus sobre as "rochas gêmeas" com o argumento incrível de que as premonições só podem ser confirmadas depois que ocorrem os fatos, método muito usado também para análise de possíveis cenários políticos.

Destacando que foi o primeiro ataque ao território norte americano desde a guerra de independência e devido ao impacto pelo número de mortes e político, pelo simbolismo dos alvos por serem o coração da defesa militar e um ícone da supremacia do capitalismo, logo passou-se a buscar um culpado. A lógica jurídica liberal parte do pressuposto que o crime é uma decisão individual de romper a lei, por isso é preciso que uma pessoa que corporifique o crime e sirva de alvo para a retaliação, na verdade o velho mecanismo da vingança.

Evidente que se invocaria o inimigo de plantão para ser este outro que sirva de alvo para o ódio dos agredidos: o mundo islâmico, mais precisamente o fundamentalismo islâmico. Lembrando que nem todo muçumano é árabe e nem todo islamismo é adepto da "Guerra Santa" e dos meios empregados por certas organizações, devemos descartar de imediato a possibilidade do ataque partir dos palestinos. Em meio a um enorme conflito com o Estado de Israel, os palestinos estavam na ofensiva diplomática internacional e isolando a posição dos israelenses como ficou claro no recente encontro na África. As suspeitas, que agora parecem se "confirmar" se voltam para o milionário Osama bin Laden que tem no currículo os atentados contra as embaixadas norte americanas na África e um ataque a um navio norte americano no lemem.

Existe, é lógico, a possibilidade de uma ação dos grupos de direita norte americanos, quase uma tautologia, como no caso de Oklahoma em 1995, mas isto, ainda que seja a verdade não serve aos propósitos de retaliação na forma, além de ser uma ferida que mancharia os EUA perante o mundo de forma definitiva, por isso se for a extrema direita americana as autoridades terão que inventar outro culpado.

A busca do outro responde alguns pressupostos, deve ser ligado ao fundamentalismo, deve estar amparado por um Estado que partilhe da concepção da guerra santa, para ser um alvo atacável por uma ação militar de envergadura. Não é a toa que bin Laden é o maior candidato em seu atual refúgio no Afeganistão. No entanto quero dar minha contribuição com as investigações levantando outra hipótese.

Acredito que o "culpado" é de fato um "estado terrorista" com uma concepção fundamentalista e com uma longa lista

de antecedentes em todo o mundo: United States of America! Na verdade o que estamos vendo é a volta do bumerangue da política externa norte americana, muito mais do que aquela que Bush empreendeu desde sua posse, mas uma linha que está presente na fundação da grande nação do norte. A característica principal desta política externa é que política internacional é inseparável da ação militar. Analisando as concepções dos fundadores que combinadas geram a política externa dos EUA, podemos resumi-las nos seguintes itens:

- a força militar é o meio principal e a última instância de regulamentação dos conflitos políticos entre as nações;
- o principal fator que orienta a conduta externa dos EUA é o "egoísmo iluminado" o que leva a concepção de que cada indivíduo desta nação, assim como os seus "interesses", é defendido em qualquer parte do globo;

- os EUA não são só uma nação a mais no mundo, mas uma nação predestinada a ser a maior, como eles mesmos gostam de falar - "number one". Os EUA teriam, segundo seus fundadores um "Destino Manifesto".

A combinação dos elementos que se fundiram na Guerra de Independência contra a maior potência econômica e militar na época - a Inglaterra - e o caráter religioso dos colonos fundadores produziu a impressão de que deus estava do lado daquele povo. Se assim não fosse como seria possível um bando de fazendeiros derrotar um império como o britânico? Isto produziu a idéia de que a nação norte americana seria portadora deste tal "Destino Manifesto" de "libertar" e "civilizar" todos os outros povos que por azar não foram abençoados por deus.

Desde a origem o instrumento do Destino Manifesto foi a força, a começar pela própria guerra de independência, passando pela guerra contra as nações indígenas até a guerra contra o sul escravista que unificou o país sob a hegemonia do norte capitalista. Millor Fernandes falava que é preciso ter paciência e otimismo e completava, "veja os EUA, por exemplo, quando começaram eram apenas um país". Na verdade a política norte americana logo se revelou como um expansionismo anexacionista cujo principal instrumento foi a violência militar.

Começando com a guerra interna contra os povos nativos em 1790, na expansão ao sul contra a Espanha e depois o México e logo na interferência direta em todo o antigo domínio espanhol, o que levou às invasões das Filipinas, Guan, Porto Rico e outros lugares por ocasião da entrada norte americana na Guerra de Independência de Cuba em 1898. Toda estas ações se enquadram na origem da "missão americana" e se consolidam desde 1823 numa concepção articulada no corpo da "Doutrina Monroe". Era direito dos EUA garantir que nenhum território das Américas fosse dominado por uma nação "estrangeira", que no caso se referia aos europeus.

Lógico que as Filipinas não ficavam no continente americano, mas é evidente que esta "missão" logo se tornou mundial.

Ao explicar o porque da permanência dos EUA nas ilhas depois de terminado o conflito com a Espanha, o presidente McKinley afirmou que "a única coisa que podemos fazer é toma-las todas e educar os filipinos, elevar o seu espírito e civilizá-los".

É possível perceber que os EUA nunca respeitaram nenhuma legislação internacional por acreditar que são portadores de uma legitimação "divina". Desta forma o argumento para a invasão do México em 1914 foi o de um oficial mexicano não ter saudado a bandeira dos EUA. Na resolução do Congresso americano se afirmava que o presidente tinha "direito ao recurso às forças armadas dos EUA para reforçar a sua exigência de indenização por certas afrontas e indignidades em relação aos Estados Unidos" (Eagleton, T., War and Presidential Power). Sabemos que parte do território mexicano foi anexada pelos EUA, o que significa que os mexicanos que são abatidos à tiro ao tentar passar pela fronteira estão tentando passar do México para o ... México.

Toda a seqüência da história é só a confirmação deste princípio: Sumatra em 1831, Haiti em 1915, República Dominicana em 1916 (depois em 1956), na Rússia em 1918, Irã em 1953, Líbano em 1958, na guerra contra Sandino na Nicarágua (1910), a invasão Guatemala em 1954, toda a política de derrubada de governos constitucionais na América Latina nas décadas de 60 e 70, entre os quais o Brasil em 1964 e o Chile em 1973. Estas ações combinaram ações armadas convencionais, com o famoso desembarque dos "marines", e métodos de sabotagem, desestabilização, atentados, assassinatos e outros métodos terroristas. Temos que completar a lista com dois dos maiores atentados: o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki em 1945 e a guerra do Vietnã (1964-1975).

Se considerarmos apenas o período que vai de 1945 a 1978 os EUA utilizaram as forças armadas por 215 vezes para solucionar impasses políticos com a finalidade de garantir seus interesses.

Em relação ao Oriente Médio os métodos e os princípios não foram diferentes. Uma região que controla cerca de 63% das fontes produtoras de petróleo (passa de 70% se incluirmos os países árabes do norte da África) sempre foi estratégica para os EUA, principalmente no contexto da guerra fria. A política dos EUA nesta região teve dois pilares. Primeiro armar e apoiar uma elite feudal que fosse capaz de conter o avanço de movimentos nacionais de libertação de caráter popular ou mesmo qualquer pretensão de autonomia, ainda que burguesa, depois dividindo-a em conflitos locais que se tornariam excelentes mercados para a indústria armamentista. O segundo pilar desta política foi, em conjunto com Inglaterra, a criação do Estado de Israel, com os acordos militares de 1952 e, principalmente, depois de 1962 com os acordos sobre o fornecimento direto de armamentos norte americanos que seriam utilizados contra os países árabes, Israel passou a ser a principal porta de entrada da política norte americana na região. Os resultados logo se apresentaram na guerra de Israel contra o Egito em 1973.

O interessante deste processo é que muitos dos atuais "inimigos da humanidade", exatamente pelo fato de que os EUA acreditam que são a humanidade, foram criados pelos próprios norte americanos ou para dividir o mundo árabe, ou para com-

bater a URSS. Esta é a origem do próprio Sadam Hussen, do Taleban, financiado e apoiado diretamente pelos EUA para fragilizar a URSS no Afeganistão, e, quem diria, do próprio Osama bin Laden, principal aliado contra os soviéticos.

Com o desmoronar da URSS o enorme complexo industrial-militar norte americano exigia um novo inimigo que mantivesse a legitimidade dos mega gastos com defesa e prontidão e os escolhidos foram os fundamentalistas islâmicos, talvez pelo desfecho anti-americano da revolução iraniana.

Este outro é fundamentalista por acreditar na necessária guerra contra os infiéis. Os EUA é fundamentalista por acreditar em seu destino manifesto. Um árabe suicida é capaz de jogar seu avião em direção ao Pentágono porque acredita que é imortal. Os EUA podem atacar todo o mundo porque acreditam, da mesma forma, que são indestrutíveis. Se o terror é o uso da violência como arma política, inclusive atacando populações civis para atingir os inimigos com quem se estabelece uma guerra, os EUA são os mais destacados nesta arte. Hiroshima e Nagasaki não eram objetivos militares e os 100 mil mortos no Iraque, em sua esmagadora maioria civis, são a água que se esquentava para matar o peixe Sadan, na famosa fórmula imperialista utilizada, antes, no Vietnã.

O bumerangue voltou e o outro é um espelho que reflete um velho de barbas longas e um chapéu ridículo com faixas e estrelas. O que pode acontecer? Não sabemos, mas nada mais perigoso que um megalomaniaco prepotente e arrogante que se julgava imortal e descobre que não é. A vítima imediata será o Afeganistão. No entanto, se prevalecer o olho por olho, serão muitos mais olhos dos que estão disponíveis naquele pequeno enclave feudal recriado pelo departamento de estado norte americano. É possível que se inicie uma cruzada, junto com aliados europeus e capachos latinoamericanos, contra o "terrorismo mundial", poupando exatamente o maior dos estados terroristas: os EUA. O principal efeito esperado, além de lavar a honra em sangue, é a recuperação da economia norte americana pela alavancagem do complexo industrial-militar.

O melhor arquétipo deste delírio de grandeza é o Rambo, que neste caso pouco importa se Stalone ou Schwatzneger, que pode entrar em um país, lutar contra todo um exército e voltar com alguns arranhões. Interessante que sempre "vingando" uma injustiça cometida contra o "mundo livre". Os norte americanos tanto se afirmaram como indestrutíveis para todo mundo que acabaram acreditando que eram mesmo indestrutíveis.

O grau de perplexidade da população norte americana e mundial diante do ataque é a descoberta que não passam de mortais. Estão vivendo algo que julgavam só existir nos filmes ou lugares distantes que de fato não existiam, como, Iraque, Etiópia, Chile, América Central ou Brasil. Sua arrogância era tamanha que as únicas forças capazes de atacá-los com este grau de destruição não podia ser deste mundo, como alienígenas ou meteoros. De todas as análises feitas estes dias a melhor não veio de nenhum cientista político, historiador, esotérico ou analista internacional, mas de um crítico de cinema, Rubens Evald Filho: o rambo... morreu.

Mauro Luis Iasi é professor de Sociologia na Faculdade de Direito de São Bernardo e na USP

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Terrorismo: a realidade extrapola a ficção

Frei Betto

O século 21 e o terceiro milênio começaram na terça-feira, 11 de setembro. O que ocorreu nos EUA extrapou todas as previsões (cadê 9º escudo antimissil do Bush?) e toda a imaginação dos roteiristas de Hollywood. Ninguém jamais podia supor que o terrorismo seqüestraria aviões domésticos e os levaria a chocar-se contra edifícios que simbolizavam o império ianque. Mais uma vez, a realidade extrapou a ficção.

O ato terrorista é execrável, ainda que praticado pela esquerda, pois todo terrorismo só beneficia um lado: a extrema direita. Mas ninguém na vida colhe o que não planta. Isso vale para a vida pessoal e social. Se os EUA são hoje atacados de forma tão violenta e injusta é porque, de alguma forma, humilham povos e etnias. Há anos os EUA abusam de seu poder, como é o caso da ocupação de Porto Rico, a basenaval encravada em Cuba, o bloqueio ao Iraque, a participação nas guerras da Europa Central, a omissão diante dos conflitos americanos.

Já era tempo de os EUA terem induzido árabes e israelenses a chegarem a um acordo de paz. Tudo isso foi sendo protelado, em nome da hegemonia de Tio Sam, no planeta. De repente o ódio irrompeu da forma mais brutal, mostrando que o inimigo age, também, fora de toda ética, com a única diferença de que ele não dispõe de fóruns internacio-

nais para legitimar sua ação criminosa.

Quem conhece a história da América Latina sabe muito bem como os EUA, nos últimos 200 anos, interferiram diretamente na soberania de nossos países, disseminando o terror. Maurice Bishop foi assassinado pelos boinas verdes em Granada; os sandinistas foram derrubados pelo terrorismo desencadeado por Reagan; os cubanos continuam bloqueados desde 1961, sem direito a relações normais com os demais países do mundo. Ditaduras no Brasil, na Argentina, no Chile, no Uruguai e na Bolívia foram instauradas com o patrocínio da CIA e sob a orientação de Henry Kissinger.

Violência atrai violência, diziam dom Helder Câmara. O terrorismo não leva a nada; endurece a direita e suprime a democracia, reforçando nos poderosos a convicção de que o povo é incapaz de governar por si mesmo.

Não se podem sacrificar vítimas inocentes para satisfazer a ganância de governos imperiais e de conflitos daqueles que se julgam donos do mundo e querem repartir o planeta como se fosse fatias de um apetitoso bolo. Os atentados de 11 de setembro demonstram que não há ciência ou tecnologia capaz de proteger pessoas ou nações. Inútil os EUA gastarem US\$ 400 bilhões este ano em esquemas sofisticados de defesa. Melhor seria que esta fortuna fosse aplicada na paz mundial, que só irromperá no dia em que for filha da justiça.

Texto da Internet

Manhattan: parecia um filme

Sérgio Domingues

O mocinho não apareceu. Os bandidos não foram identificados. A cena inicial parece terrível. Mas, os EUA preparam um final à sua maneira. Mais violento do que nunca.

A primeira reação dos americanos foi a de que o ataque a Manhattan só poderia ser obra de sua indústria de entretenimento. Pelo menos, é isto que evidencia o testemunho de diversas pessoas que assistiram ao choque dos aviões com as torres gêmeas de Manhattan e com o Pentágono.

Muitos de nós (igualmente americanos, mas perdemos esse título para aqueles que se consideram os únicos) também tivemos a mesma impressão. Afinal, com a globalização, os lançamentos cinematográficos tornaram-se simultâneos e já podemos vibrar com as cenas catastróficas quase perfeitas da indústria roliudiana ao mesmo tempo, em todo mundo.

Para reforçar essa impressão, a alta qualidade das imagens poderia ter contribuído para tornar seu impacto diferente daquele sentido em outros episódios registrados por câmeras, como o incêndio do dirigível Hindenburg, as bombas atômicas jogadas no Japão ou o assassinato de Kennedy. Mas, em cada uma dessas ocorrências, sua assimilação por parte dos espectadores deve ter sido correspondente ao nível técnico

das filmagens. Portanto, não seria aí que residiria a perplexidade das cenas do atentado às torres do World Trade Center.

Ao contrário, o que parece ter chocado foi a falta de um herói salvador que evitasse a consumação do atentado no último segundo. De repente, o inimigo tornara-se real. Os ataques que tantos filmes previram dentro de território norte-americano aconteceram.

As primeiras notícias assemelhavam-se à chuva de informações que caiu sobre parte dos EUA no famoso programa de rádio dirigido por Orson Welles que dramatizou uma invasão marciana, em 1938. Os locutores americanos (de lá) falavam em cinco alvos atingidos por aviões e de mais oito jatos voando para novos objetivos. Os jornalistas americanos (de cá) só fizeram reproduzir as informações, dando-nos a impressão de que todo o território norte-americano estava sob ataque. Tal como em 1938, o pânico se espalhou. Mas se daquela vez, informações fictícias foram tomadas como verdadeiras, agora, as notícias estavam apenas exageradas e o pânico alcançou o planeta todo. Em especial, os povos islâmicos, que longe de se sentirem representados nas imagens de alguns palestinos comemorando, deviam estar muito preocupados quanto a uma retaliação inevitável e esmagadora.

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Passado os primeiros momentos de perplexidade, dos quais o rosto catatônico de Bush foi um símbolo, veio a reação mais óbvia. Quem quer que seja que tenha perpetrado o terrível ataque, já não importa muito. O que interessa é que o governo norte-americano já sabe o enredo que vai seguir.

O filme começa com as duas torres desabando. Com o Pentágono atingido. Não há evidências claras dos autores dos atentados, mas o script pede que sejam caracterizados como árabes e islâmicos, não importando o fato de que ser um nem sempre implica ser o outro. O perfeito vilão é Bin Laden, que pode inclusive ser caracterizado como traidor, já que virou-se contra Tio Sam, seu antigo parceiro e protetor. O herói poderia ser Bush, mas não tem estofado para isso. Na falta de um Bruce Willis ou de um Harrison Ford, o papel cabe ao homem comum. O homem comum que Marx já identificava como a força da história norte-americana referindo-se a Lincoln. O Forrest-Gump, quase retardado, deve ser invocado como o responsável pela vingança aos árabes/islâmicos. Estes já estão em pleno processo de demonização. Os jornais televisivos mostram desfiles e treinamentos do Hezbollah e do Taleban como se todos os muçulmanos cumpriam as posturas políticas extremistas desses grupos pouco representativos do mundo islâmico. A insistente comparação com Pearl Harbour faz parte desse processo, auxiliado pelo recente lançamento de grande produção cinematográfica sobre o episódio (seria mais interessante lembrar que as bombas que caíram em Hiroshima e Nagasaki foram criadas por um certo Projeto Manhattan).

As dificuldades em despachar soldados para ataques em território inimigo parecem esquecidas. O trauma da invasão

ao Vietnã foi ofuscado pelo ataque ao coração econômico e ao cérebro militar do Império. Haverá guerra. Uma guerra desigual, contra países pobres e miseráveis, contra povos já despedaçados. Este será o final do filme.

Resumo da Ópera: Os atentados conseguiram criar um clima fascista no grande país do norte. Pois é isso que significa transformar cada cidadão norte-americano em um soldado vingador, sob o comando de um governante mediocre e de extrema-direita (a democracia americana é tão perfeita que dispensa o carisma de um Hitler ou de um Mussolini). Conseguiram unir o país em torno de um governo fraco e ilegítimo. Lograram oferecer poderoso motivo para cortes ainda maiores nos gastos sociais e priorização dos investimentos bélicos como forma de, ao mesmo tempo, aquecer a economia americana e pedir sacrifícios aos mais pobres em nome do patriotismo. Forneceram um pretexto para ataques que serão piores do que os lançados ao Vietnã, Iraque e Kosovo, mas que contarão com muito mais apoio por parte da famosa opinião pública mundial. Enfim, transformaram os USA em um enorme estado do Texas, onde o Bush valentão vai se sentir à vontade.

Comentaristas asseguram que vai levar algum tempo até que Hollywood lance um novo filme arrasa-quarteirões dramatizando os atentados. No entanto, se o final do filme respeitar o roteiro esboçado por Washington, os estúdios podem começar a se preparar. O final há de ser tão assustador que fará esquecer os horrores daquela primeira cena, ambientada em Manhattan.

Setembro de 2001

Carta Capital 26 setembro 2001

Irados comunicadores nativos

Mino Carta

Domingo 16 de setembro, noite. No vídeo, close da expressão histórica do presidente. Não é que a fisionomia do imperador se caracterize pela mobilidade e pela intensidade, mas o tom da sua fala expõe a imponência do momento. Frederico Barba-Roxa não seria mais convincente ao partir para sua Cruzada. A terceira. Na qual morreu afogado, ao atravessar um rio, de armadura e tudo.

Bush, de fato, anuncia mais que a guerra, a cruzada contra o terrorismo. E garante: "Mostraremos que somos a mais forte nação do mundo". Como duvidar dele? Corte para Manhattan Connection, o célebre programa global. Ali, pelo jeito, ninguém duvida.

É certo, ao menos, que dois dos protagonistas do programa estão mais irados do que o próprio presidente dos Estados Unidos, mesmo porque dispõem de maior mobilidade facial e sabem usá-la com mestria consumada. Não são exemplos isolados da cólera que se apossou de vários comunicadores nativos diante dos atentados de Nova York e Washington. Corte para as páginas mais cotadas da imprensa brasileira no fim de semana passado. A leitura revela que o Grande Irmão do Norte e seu presidente contam com algo além, bem além,

da solidariedade da maioria dos editoriais e colunistas verde-amarelos. É dedicação pronta e irrestrita, adesão comovida, apoio total. Não ficaríamos surpresos se alguns tomassem em armas e partissem para a cruzada.

Há também quem se insurja contra a suposição de que extremistas de direita americanos tenham participado dos atentados. Não há provas a respeito, talvez se trate de hipótese muito apressada. Mas faltam provas a respeito de coisas mais, e neste nosso mundo cada vez mais aparentado com o cinema dos efeitos especiais aconselha-se avaliar todas as possibilidades.

Por exemplo: não soa estranho que os serviços secretos americanos tenham sido tomados de surpresa - tão de surpresa, digamos assim? Não faltaram as comparações com o ataque japonês a Pearl Harbor. Investigações recentes revelaram, entretanto, que uma agressão nipônica era esperada pelo governo de Roosevelt.

Por que nada se fez para impedi-la? Eis aí uma grave pergunta, cuja resposta poderia ser a seguinte: Washington preferiu conveniências políticas ao sacrifício de tantas vidas e a ingentes danos materiais. A história conta inúmeros episódios semelhantes, e neles naufragam os chamados valores éticos.

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Vale, de todo modo, encarar os fatos atuais de um ponto de vista jurídico, à luz de uma visão que deve pesar nas análises das chancelarias ocidentais. Se esse enredo acabasse em um tribunal, por enquanto não seria possível condenar Osama bin Laden. Ninguém pode ser alvejado pela Justiça na base da probabilidade, por mais forte. Até quando não aparecerem provas, in dubio pro reo.

É admissível que as provas surjam. Mas haverá outros motivos de resistência à adesão militar do Ocidente à cruzada de Bush. Os principais países europeus hospedam grandes comunidades de origem árabe, têm boas relações com o Ori-

ente Médio e o Norte da África, inquietam-se com a incógnita chinesa. Etc., etc.

As Cruzadas se estabeleceram em cima do consenso. Entre o Sacro-Romano Império e o papa, com o apoio dos soberanos europeus e de suas cortes feudais. A tarefa de Bush é bem mais difícil. Até por causa disso, um punhado de bravos comunicadores, a bem da melhor informação, quem sabe devesse moderar a sua cólera.

Exerça sua cidadania

Vote com responsabilidade para um Brasil melhor

Carta Capital - 19 de Setembro de 2001

Os EUA apertaram o botão antes

Esta não é a guerra da democracia contra o terrorismo.
É também de mísseis americanos

Por Noam Chomsky

Os ataques terroristas foram enormes atrocidades. Em scala, podem não ter atingido o nível de muitos outros, como, por exemplo, o bombardeio no Sudão durante o governo Clinton (que aconteceu sem pretexto confiável), destruindo metade dos suprimentos farmacêuticos e matando incontável número de pessoas (um número incerto, porque os Estados Unidos bloquearam uma averiguação pela ONU, e ninguém se interessa em continuá-la). Isso sem falar em casos piores, fáceis de lembrar. As principais vítimas, como sempre, foram trabalhadores: porteiros, secretárias, bombeiros, etc. Provavelmente, será um golpe achapante para palestinos e outros povos pobres e oprimidos. É provável também que leve a controles mais rigorosos de segurança, minando as liberdades civis e a liberdade interna.

Relações Públicas

Os eventos revelam, dramaticamente, a tolice do projeto Guerra nas Estrelas. Como mostrou-se sempre óbvia, e apontada repetidamente por analistas estrangeiros a tentativa de causar danos umensos aos Estados Unidos com armas de destruição em massa é altamente improvável. Quem fizesse isso iria garantir a sua destruição imediata. Há inúmeras formas mais fáceis que são basicamente indefensáveis. Mas os eventos do dia 11 serão muito provavelmente explorados para acelerar o desenvolvimento e a utilização desses sistemas. O termo "defesa" é só um disfarce para planos de militarização do espaço sideral. Com um bom esforço de relações públicas mesmo os argumentos mais superficiais carregarão algum peso entre um público assustado.

Opções

Em resumo, o crime é um presente para a extrema direita xenófoba, aquela que quer usar a força bruta para governar os seus domínios. Isso sem contar as prováveis reações americanas, e o que elas irão deflagar - possivelmente mais ataques como este, ou piores. As perspectivas daqui para frente serão ainda mais agourentas.

O crime é um presente para a extrema direita xenófoba, aquela que quer usar a força bruta para governar os seus domínios. Sem contar as prováveis represálias

Temos uma opção sobre como reagir. Podemos expressar um horror justificado: podemos buscar entender o que levou a esses crimes, o que significa fazer um esforço para entrar nas mentes dos prováveis autores. Se escolhermos a última opção, não poderemos fazer

mais do que ouvir as palavras de Robert Fisk, cujo entendimento aprofundado sobre questões da região não tem paralelos depois de muitos anos de jornalismo destacado. Ao descrever "a diabólica e cruel atrocidade de um povo humilhado e oprimido", ele revela que "esta não é a guerra da democracia contra o terrorismo que o mundo será levado a acreditar nos próximos dias". É também sobre mísseis americanos caindo sobre lares palestinos e helicópteros americanos jogando mísseis em uma ambulância libanesa em 1966 e bombas americanas caindo em um vilarejo chamado Qana e sobre uma milícia libanesa - paga e uniformizada pelo fiel aliado americano, Israel - cortando e estuprando e matando refugiados no seu caminho.

E muito mais. Eu repito, temos uma opção: podemos tentar entender ou nos recusar a fazê-lo, contribuindo para a probabilidade de que o pior ainda está por vir.

Noam Chomsky é professor de lingüística do Massachusetts Institute of Technology

Documento

"Trabalhar menos para que todos trabalhem"

Giuseppina R. de Grazia

Essa palavra de ordem surgiu primeiro na Itália a partir dos anos 70, depois se espalhou por quase todos os países europeus. Foi a maneira que os trabalhadores daqueles países encontraram para combater o desemprego.

Na verdade, a luta pela redução da jornada de trabalho vem de longe. Desde o início do capitalismo a classe operária lutou duramente contra a exploração dos patrões que obrigavam, inclusive as crianças, a trabalhar 14, 16 ou mais horas por dia. Graças a essas lutas a jornada de trabalho diminuiu quase pela metade no decorrer do último século. Em 1870 os operários trabalhavam uma média de 3 mil horas por ano. Cem anos depois, em 1980, a jornada anual baixou para 1700 horas em média.

Se antes a luta para reduzir a jornada tinha como objetivos melhorar as condições de trabalho, melhorar a qualidade de vida, etc, hoje tem como finalidade principal a luta contra o desemprego.

Reduzir a jornada de trabalho pode criar muitos empregos

A capacidade de produzir os bens que necessitamos para viver aumentou muito nos últimos anos. Só no setor de alimentação, hoje são produzidos alimentos em quantidade suficiente para alimentar 12 bilhões de pessoas, ou seja, o dobro da população da terra. Apesar disso, 640 milhões de pessoas passam fome todos os dias.

O tempo para produzir esses bens também diminuiu muito. Nos últimos 150 anos a produtividade do trabalho foi multiplicada por 25. Isto é, cada trabalhador consegue produzir, a cada dia de trabalho, 25 vezes mais que no século passado. Isso significa que, trabalhando bem menos tempo conseguiríamos produzir tudo o que necessitamos para uma vida decente. Segundo alguns cálculos, bastariam 3 horas de trabalho por dia.

No entanto, apesar de produzir muito mais riquezas em menos tempo, o trabalhador continua dando duro a vida toda, e está cada dia mais pobre. Isto porque não são os trabalhadores que se apropriam do fruto do seu trabalho. Em compensação, os grandes grupos econômicos, que vivem às custas do trabalho alheio, nunca acumularam tanto capital, nunca fizeram tanta farrá com os trilhões de dólares que controlam, nas transações financeiras e nos paraísos fiscais.

E é essa minoria de capitalistas e as elites governantes que estão a seu serviço, que têm usufruído de todo o avanço tecnológico que deveria beneficiar o conjunto dos seres humanos. São eles que comandam o sistema de trabalho e controlam o conjunto das riquezas produzidas. São eles que determinam o que produzir, como e quanto. Sempre com o objetivo não de beneficiar a população, mas de conseguir mais lucros. E quanto menos mão de obra eles empregarem, mai-

ores serão esses lucros. Compensa mais para as empresas pagar horas extras do que contratar mais funcionários. E quanto mais desempregados estiverem na fila aguardando por uma vaga, mais os salários poderão ser rebaixados. Essa é a lei do capitalismo.

Por isso hoje, o que poderia ser uma fantástica conquista da evolução humana - poder trabalhar menos produzindo mais riquezas - acabou se transformando num pesadelo para a classe trabalhadora: uns trabalhando demais e ganhando cada vez menos. Outros no desespero do desemprego, procurando qualquer coisa para sobreviver.

A situação só pode mudar quando os trabalhadores conseguirem arrancar das mãos dos capitalistas e de seus governos o poder de organizar o mundo tendo como finalidade apenas o lucro de uma minoria.

Em vários países já se trabalha menos com o mesmo salário

Na Alemanha, em 1995, depois de grandes mobilizações, greves e manifestações, os trabalhadores metalúrgicos, gráficos e outros passaram a trabalhar 35 horas semanais, mantendo o mesmo salário.

Na França, depois de grandes manifestações de desempregados, subempregados, trabalhadores mal remunerados, e um debate que mobilizou toda a sociedade, o governo socialista elaborou uma lei estabelecendo jornada semanal de 35 horas em todo o país, também sem redução de salário. Com acordos já realizados em mais de 50 mil empresas, cerca de 6 milhões de trabalhadores já estão no regime das 35 horas. Calcula-se que, até fevereiro deste ano já haviam sido criados ou mantidos aproximadamente 400 mil empregos.

Se o desemprego não acabou nesses lugares, pelo menos diminuiu ou está muito mais sob controle. A opinião de todos os que estudam esse assunto é que para ser eficaz, a redução de jornada tem que ser grande e de uma só vez. Na França mesmo, muitos movimentos e sindicalistas defendem a semana de 4 dias, com 32 horas semanais, o que abriria a possibilidade de criar muito mais empregos.

Além disso, seria necessária uma luta conjunta dos trabalhadores em todos os países. Isto porque os donos do capital, num mundo globalizado como o de nossos dias, correm atrás dos lugares que ofereçam maiores lucros. Assim, se num país os trabalhadores conquistam algumas vantagens, eles mudam as empresas para os países onde a mão de obra trabalha mais e recebe menos. Por isso os trabalhadores precisam conquistar melhores salários e jornadas mais curtas de trabalho no mundo inteiro.

Com menos pessoas desempregadas, a classe trabalhadora voltará a ter mais força frente aos patrões. O desemprego

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

afeta e enfraquece o conjunto dos trabalhadores: os empregados e os desempregados. Com medo do desemprego, hoje todos os trabalhadores estão humilhados, engolindo rebaixamentos de salários e exploração de todo tipo. Nunca a classe trabalhadora viveu tantas derrotas como em nossos dias.

Por isso a luta contra o desemprego deveria ser a preocupação NÚMERO UM dos sindicatos, da CUT, dos movimentos populares, associações de bairros, etc. E a luta pela REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO DOS SALÁRIOS é uma bandeira que poderia unificar empregados, subempregados e desempregados na batalha conjunta por mais empregos.

35 horas semanais na França

Em janeiro de 2000 foi aprovada a lei definitiva que reduz a jornada de trabalho na França para 35 horas semanais. Antes a jornada semanal era de 39 horas. As empresas com menos de 20 trabalhadores terão prazo até 2002 para entrar no novo regime. A primeira fase da lei começou a ser aplicada em 1998. De lá para cá mais de 50 mil empresas, com cerca de 6 milhões de trabalhadores, já assinaram os acordos com os representantes sindicais, adaptando os artigos da lei à realidade de cada categoria ou empresa. Em 90% dos casos os salários não sofreram nenhuma redução.

A empresa que adere à nova lei recebe um subsídio do governo. Com a condição de empregar mais pessoas ou segurar demissões já planejadas.

Os acordos são assinados depois de longas negociações entre a empresa e os trabalhadores. Quando estes estão organizados e quando o sindicato é combativo, consegue-se bons acordos, onde os trabalhadores definem como querem que seja aplicada a redução, e não permitem que os patrões se aproveitem da redução para impor novas formas de exploração, como aumento do ritmo de trabalho etc. Na maioria das empresas os trabalhadores preferem ter meio dia de folga por semana, ou mais dias de folga durante o ano do que encurtar o dia de trabalho.

Como em todos os lugares, os patrões fizeram uma ferrenha campanha contra a redução do tempo de trabalho, com medo de diminuir seus lucros. Apesar disso, nas pesquisas realizadas até agora, a grande maioria dos trabalhadores e da população em geral, tem aprovado a nova lei. Um dos efeitos positivos mais apontados é a vantagem de ter mais tempo livre para a família. O outro é a oportunidade de contribuir para a criação de mais empregos.

No último levantamento do governo, calcula-se que, até fevereiro deste ano, foram criados ou mantidos cerca de 400 mil empregos. Junto com o crescimento econômico dos últimos anos no país, a aplicação da lei conseguiu baixar os índices de desemprego em menos de 10%, o que não se conseguia desde 1991.

A lei foi o resultado da luta dos desempregados, dos trabalhadores subempregados e de toda a sociedade

A lei das 35 horas não caiu do céu, nem veio por acaso. Como qualquer coisa que beneficia os trabalhadores, foi preciso muita luta e muita pressão.

Desde 1993 jovens estudantes que não conseguiam se empregar apesar do diploma na mão, desempregados e empregados em condições precárias começaram a se organizar e a se mobilizar, chamando a atenção e o apoio de toda a população. Surgiram vários movimentos organizados de luta contra o desemprego: o "Movimento Nacional dos Desempregados e Trabalhadores Subempregados", o movimento "Agir contra o Desemprego", a "Associação pelo Emprego, a Inclusão e a Solidariedade" etc.

Em 1994, esses movimentos organizaram diversas caminhadas pelo país inteiro, reunindo até 20 mil pessoas. Organizaram, junto com os sem-teto, ocupações de prédios públicos. Em 97, ocuparam o Banco da França, o maior símbolo do capitalismo financeiro. A partir das informações fornecidas pelos sindicatos, os desempregados ocupavam as empresas que tinham condições de contratar mais funcionários.

A partir daí as Centrais Sindicais passaram a assumir a luta pela redução da jornada de trabalho como prioridade número um.

Em 1996 é eleito o governo socialista de Lionel Jospin depois de uma campanha eleitoral toda voltada para a questão do desemprego e o compromisso de implantar a redução da jornada de trabalho como um dos instrumentos para amenizar os seus efeitos.

Já no ano seguinte, o governo elabora o primeiro projeto de lei para implantação da jornada de 35 horas, cuja versão definitiva foi promulgada no início de 2000.

Ainda há muito para conquistar

A batalha ainda está longe de terminar por causa da forte resistência das organizações patronais, que fizeram inclusive o governo recuar em várias exigências que foram eliminadas na lei definitiva. Por exemplo, o número de novos funcionários que a empresa tinha que contratar para ter direito a receber o subsídio do governo.

Além disso, os patrões procuram tirar vantagens em troca do tempo de trabalho que foi reduzido. Além de sempre tentar aumentar o ritmo de trabalho, o maior interesse atualmente das empresas é impor a flexibilização da jornada. Isto é, contanto que no decorrer do ano não se ultrapasse a média de 35 horas semanais, o que dá um total de 1.600 horas anuais, a empresa pode exigir o trabalho nos horários mais variados, aos sábados, domingos... Nos picos de produção os trabalhadores têm que cumprir semanas de 48 horas, ou até mais, e outras de 32 horas quando a produção está em baixa...

Ou seja, o trabalhador acaba tendo a sua vida toda controlada e modificada pelas necessidades de maior ou menor produção da empresa. A cada semana, ele tem que dançar conforme a música determinada pelo patrão. A lei determina apenas que ele avise o trabalhador com 7 dias de antecedência quais serão os seus futuros horários de trabalho.

Por isso, tanto lá como aqui e em todos os lugares, é preciso que os trabalhadores se organizem e acumulem forças não só para conquistar mais empregos, como também maior poder de decidir sobre as condições de trabalho.

Recursos do FAT: O que fazer?

O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) tem gerado cada vez mais controvérsias nos meios sindicais. Alguns sindicalistas são enfáticos na defesa da utilização dos vultuosos recursos deste fundo público, que é administrado de forma tripartite; outros afirmam que este dinheiro gera distorções na prática sindical, inclusive indícios de corrupção, e perda de autonomia diante do Estado. Para aprofundar a reflexão sobre este tema explosivo a *Debate Sindical* solicitou opiniões diferenciadas de três dirigentes da CUT.

As distorções na aplicação do dinheiro público

É preciso rediscutir todo o processo que envolve o FAT, que deve atender aos trabalhadores e não servir a uma meia dúzia corruptos, tutelados por FHC

Gilson Reis

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Seus recursos são compostos pelas contribuições do PIS/Pasep e de parte do Imposto Sindical. A partir da Constituição de 88, eles foram destinados ao custeio dos programas de seguro desemprego, qualificação e requalificação profissional, abono salarial e aos "projetos de desenvolvimento" do BNDES.

A maior parte dos recursos (R\$ 30 bilhões) até hoje ficou com o BNDES, para o "programa nacional de desestatização". Na década de 90, cerca de 85% das empresas estatais foram privatizadas. Neste processo, mais de 150 mil demissões diretas e perto de 400 mil indiretas foram homologadas no país.

O seguro-desemprego, instituído e financiado pelo FAT, determina o pagamento ao demitido de um valor dividido entre três e cinco parcelas. Este pagamento representava, na década de 80, o período médio de procura por emprego. Hoje, a procura se estende por mais de 15 meses. Com esta nova realidade, o seguro deveria ser estendido a um maior número de desempregados e por um período superior ao praticado.

O abono de um salário, pago aos trabalhadores que recebem até três mínimos mensais, é outro programa financiado pelo FAT que deve ser reformulado. Ele necessita de uma ampla campanha de divulgação para evitar o ocorrido em 2000, quando 28% dos trabalhadores não foram sequer receber o abono.

Destino Complexo

Mas é no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) que o FAT é mais questionado. Este programa divide-se em duas esferas. A primeira, sob a orientação e supervisão das comissões estaduais e municipais de emprego, mediante convênios firmados entre entidades de trabalhado-

res, de empresários, ONGs e governos. A segunda, via Codefat, que firma parcerias com agências formadoras nacionais, incluindo entidades de educação profissional pública e privada, centrais sindicais e entidades patronais.

No plano estadual, os recursos do FAT são distribuídos por uma comissão tripartite, com representação do governo estadual, dos empresários e dos trabalhadores. A comissão estadual define as entidades executoras, aptas a desenvolver e aplicar os cursos de qualificação e requalificação. As selecionadas recebem 40% dos recursos; os 60% restantes são destinados às comissões municipais de emprego.

Dos 40% que ficam na comissão estadual, a menor parte é alocada para as entidades dos trabalhadores, sendo que uma parcela significativa financia projetos de empresas privadas, responsáveis em grande medida pelo alto índice de desemprego. Já no plano municipal, as verbas estão sendo destinadas para atender aos interesses políticos provinciais de prefeitos, secretários e de governos estaduais.

No plano nacional, a situação é ainda mais complexa e problemática. Os recursos são destinados às entidades nacionais, através do Codefat (comissão tripartite), e são fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Entre as receptoras destes recursos estão as universidades privadas, o "Sistema S", as escolas e fundações de caráter público, as ONGs, o sistema público de ensino técnico e as centrais sindicais.

Nestes últimos meses, várias denúncias sobre o uso irregular de recursos do FAT foram feitas pela mídia. A mais bombástica envolveu o Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB. O processo de corrupção está relacionado diretamente ao volume de recursos deste fundo (que passou dos R\$ 28 milhões, em 1995, para aproximadamente R\$ 500 milhões em 2000) e à falta de fiscalização e de transparência no seu uso.

A maior parte dos recursos do FAT serviu ao "programa de desestatização" do BNDES, que privatizou cerca de 85% das estatais e gerou mais de 450 mil demissões

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Aplicação distorcida

O que ocorre nas entidades patronais e governamentais, que desviam recursos públicos, deve ser motivo de intensa investigação, denúncia e processos. Porém, é nas entidades dos trabalhadores que devemos nos concentrar neste momento. No ano de 2000, cerca de R\$ 120 milhões foram destinados às cúpulas das centrais sindicais. Estas receitas são aplicadas em três frentes: nas agências de emprego e renda; nos cursos de qualificação e requalificação profissional; e na disputa pela hegemonia do sindicalismo.

No primeiro caso, os recursos são destinados à criação e manutenção de agências públicas de empregos, atreladas à Força Sindical, SDS, CGT e CUT. Fica evidente a distorção quanto ao caráter e ao papel da central sindical. Não é função dela procurar emprego, ainda mais no atual quadro de desemprego causado pela globalização neoliberal. Uma central deve concentrar sua ação na denúncia das políticas geradoras de desemprego. Estas agências acabam transformando o desempregado em instrumento de disputa sindical e desviam a atenção dos trabalhadores sobre os verdadeiros responsáveis pelo desemprego.

A segunda forma de aplicação dos recursos são os cursos de qualificação e requalificação profissional. A baixa qualificação dos brasileiros foi a desculpa encontrada pelo governo e pelos empresários para culpar os trabalhadores pelo seu desemprego, que seria causado pelas novas tecnologias. Esta propaganda falsa precisa ser desmascarada. Primeiro, porque as novas tecnologias foram aplicadas em empresas de ponta da cadeia produtiva e de serviços; segundo, porque o desemprego é causado principalmente pelo baixo crescimento da economia nacional; e terceiro, porque

mais de 80% dos empregos no país são gerados pelo setor público e pelas pequenas e médias empresas, que pouco avançaram na automação.

Neo-sindicalismo de Estado

Os milhões de reais destinados às centrais para desenvolver cursos de capacitação não têm cumprido seu objetivo. Conforme dados do próprio Ministério do Trabalho, apenas 3% dos trabalhadores que passaram por estes cursos foram incorporados no mercado de trabalho. Cursos de computação e de corte e costura, entre outros, não resolvem a questão educacional e de emprego no país. Podem, sim, resolver o problema financeiro das centrais, que desviam dinheiro e contratam militantes para aplicar tais cursos, geralmente com altos salários.

Por último, é inadmissível que grande parte dos recursos do FAT seja canalizada para a disputa de hegemonia no sindicalismo brasileiro. Este dinheiro está sendo utilizado para criar sindicatos e comprar direções, dirigentes e ativistas sindicais. O movimento sindical classista não pode transigir, em nenhuma hipótese, diante deste neo-sindicalismo de Estado, pelego, financiado com o dinheiro público. É preciso dar uma basta nesta corrupção, rediscutindo todo o processo que envolve o dinheiro do FAT – que foi criado para atender aos trabalhadores e não para servir a uma meia dúzia de políticos, empresários e dirigentes sindicais corruptos, tutelados pelo governo FHC.

Gilson Reis é membro da executiva nacional da CUT e da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)

O FAT e as políticas públicas de emprego

Altermir Tortelli

É legítimo o uso dos recursos do FAT, que são provenientes das contribuições dos próprios trabalhadores.

O debate sobre a estruturação de um sistema público de emprego nasceu na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, quando ganhou força hegemônica a idéia da obtenção de uma situação de pleno emprego nos países destruídos pela guerra. Essa idéia foi consolidada na Convenção 88 da OIT, da qual o Brasil é um dos países signatários.

Dentro do arranjo social estabelecido naquela época, prosperou a convicção de que os problemas do mundo do trabalho deveriam ser preferencialmente tratados em organismos de caráter tripartite, nos quais as organizações de trabalhadores e de empresários atuavam em conjunto com representantes dos governos, de forma a se alcançar políticas negociadas (mas não necessariamente consensuais). Propunha-se, portanto, uma distinção entre o caráter público e o estritamente governamental das políticas, cabendo à fórmula tripartite papel democratizador importante para os agentes envolvidos, de acordo com o espírito da época.

No Brasil – como de resto em quase todos os países do chamado Terceiro Mundo – as políticas voltadas ao mundo

do trabalho e às políticas sociais, que incluem tripartismo, autonomia de representação, democracia, não prosperaram, devido ao paternalismo e o populismo que centralizaram no Estado todas as iniciativas, além dos regimes autoritários que nos sufocaram por décadas. Durante mais de 40 anos, nenhuma política pública foi gestada por iniciativa do Estado que se pudesse chamar de um sistema público de emprego.

Somente em 1986, no período já da redemocratização do país, e na esteira do Plano Cruzado, implantou-se, de forma muito precária, o seguro-desemprego, muito embora sem os recursos para mantê-lo. Em 1988, a nova Constituição passou a prever, de forma mais abrangente, a implantação de um sistema público de emprego nos moldes propugnados pela Convenção 88 da OIT, ou seja com mais de trinta anos de atraso.

Sua regulamentação e implantação definitivas ocorreram somente em 1990, quando o Congresso aprovou a lei que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Apenas a partir daí, com os recursos do PIS e do Pasep, ganharam

força as políticas de seguro desemprego, de intermediação de mão de obra (Sine), de geração de renda e de qualificação profissional, bancadas com os recursos do FAT.

Participar ou não?

No seio do movimento sindical vem sendo travada uma discussão sobre a utilização ou não dos recursos do FAT pela CUT. Esta é uma falsa polêmica, pois considero que a pergunta a ser debatida e respondida é: O sindicalismo cutista tem ou não papel na discussão, elaboração e execução de uma proposta dos trabalhadores para o sistema público de emprego?

Como vimos anteriormente, o FAT não é somente composto dos recursos para a qualificação profissional e sua origem é de encargos nas folhas de pagamento dos trabalhadores da iniciativa privada e da área pública, sendo que, em dezembro de 2000, eles somavam R\$ 52 bilhões. Tendo em vista esta origem, cabe ou não um papel preponderante na sua gestão e utilização pelos sindicatos cutistas? Em consequência disso, outro questionamento: Devemos deixar o monopólio do uso destes recursos com os patrões, via "Sistema S"?

Se é verdadeiro o compromisso classista de nossa central, temos como consequência natural de cumprir o papel de agentes ativos nestes espaços, tanto na construção como na gestão das políticas públicas. Essa participação deve ser de forma autônoma e independente e tendo claro a condição de estarmos atuando como proponentes de políticas e não de substitutos do Estado. É somente com esse entendimento que vamos exercer o preponderante papel de controle social das políticas estatais.

É, portanto, legítimo o uso dos recursos do FAT, que são dos trabalhadores e são gestados de forma tripartite. Essa utilização deve estar sempre ligada a projetos que se constituam em laboratórios e sirvam de referências para os mais diversos níveis administrativos. Projetos que sejam baseados em uma concepção metodológica que busque formar cidadãos críticos e participativos.

Outro questionamento muito freqüente é: A CUT pode ser cooptada, de forma a ficar somente fazendo a qualificação e não atuar nas lutas? A estes devemos lembrar que quando atuamos nos conselhos de meio ambiente, por exemplo, ao mesmo tempo devemos e podemos desenvolver experiências próprias de política ambiental. Assim como quando atuamos nos conselhos de saúde, devemos e podemos atuar em experiências nas áreas de saúde do trabalho. Por-

que na educação dos trabalhadores não atuáramos da mesma forma, combinando a atuação com a luta na busca de políticas públicas sintonizadas com os nossos objetivos estratégicos de classe?

Ainda é importante ressaltar que já estamos a cinco anos firmando convênios com recursos do FAT e nem por isso deixamos de protestar e ser contra as medidas que julgamos lesivas a classe trabalhadora. Em 99, realizamos a passeata dos cem mil a Brasília; mais recentemente, a CUT foi a única central contrária ao acordo do FGTS. Nos dois momentos, eram negociados simultaneamente os convênios para a execução do "Plano Nacional de Qualificação Profissional".

Papel da CUT

Além do exposto, a CUT tem sido, ao longo de sua história, um dos principais agentes na luta pela democratização do Estado brasileiro, conquistando espaços e auferindo controle social para inúmeras políticas, de tal forma que não pode se eximir de ocupar esses espaços mesmo quando nos apresentarem a necessidade de ser executor. Essa participação, é claro, deve e está sendo feita a partir dos interesses dos trabalhadores. Portanto, a pergunta deve ser mudada para: FAT, como participar?

A CUT, com base nas resoluções aprovadas em plenárias e congressos, deve participar, de forma direta, do Codefat; através das CUT's estaduais, participar das comissões estaduais; e, via sindicatos, participar

das comissões municipais de trabalho e emprego. Essa participação deve ser orientada por princípios de defesa da pluralidade social na construção das políticas públicas, com

ações que intensifiquem a mobilização. Ela deve articular a qualificação profissional com lutas gerais por políticas públicas, atuando sempre de forma integrada com os demais setores da sociedade civil – ressaltando a luta pela geração de emprego e renda, de forma a denunciar as políticas neoliberais como causadoras da crise que amplia o desemprego no país.

Devemos, portanto, conceber a participação da CUT no Codefat e realizar ações que

impliquem em usar os recursos do FAT a partir do compromisso de ter esse tema sendo permanentemente debatido nos fóruns da central, levando em conta os diferentes momentos vividos pela sociedade e as relações dessa com o Estado.

Altermir Antonio Tortelli é secretário nacional de formação da CUT e integrante Articulação Sindical



"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Quatro questões centrais sobre os recursos do FAT

Jorge Martins

É dentro da perspectiva estratégica da CUT, da defesa do socialismo, que a discussão do FAT ganha densidade

A polêmica em torno do uso do dinheiro do FAT tem ocupado muitas páginas, dentro da CUT, nos últimos anos. Isto se explica pela importância que o assunto adquire na central. A discussão implica em clarear qual tipo de educação queremos, o que está diretamente ligado ao tipo de sociedade que a CUT propõe.

O referencial, na CUT, é o capítulo dois de seus estatutos, onde se reafirma o seu compromisso com "o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo". É dentro desta perspectiva estratégica que a discussão em torno do FAT ganha densidade.

Para a CUT, poderíamos resumir a quatro as questões centrais sobre o FAT. Duas relacionadas diretamente à visão estratégica da educação que queremos para os trabalhadores. E duas que dizem respeito à prática e à política sindical que a central se propõe.

Disputar a hegemonia

Tradicionalmente, nos meios sindicais e na sociedade, a formação profissional dos trabalhadores foi vista como coisa do Senai, Senac, Sesc, Sesi e Senar. Estes eram vistos como se fossem escolas oficiais, neutras. Poucas eram as pessoas que levantavam a questão que os fundos de tudo isto, que passou a ser conhecido como o "Sistema S", eram públicos, porém geridos por mãos privadas.

Os empresários, desde a criação destes fundos, apropriaram-se para si destes enormes recursos. Assim, a formação dos trabalhadores era dada, tranquilamente, por eles. É óbvio que de acordo com seus interesses econômicos e dentro da sua visão ideológica - naturalmente oposta aos interesses dos trabalhadores.

No começo dos anos 90, aumentaram as vozes contra esta distorção. A CUT denunciou esta apropriação indébita. Mas hoje o movimento sindical abriu mão de fazer esta disputa central com relação à educação dos trabalhadores. Uma educação para os trabalhadores pensada, feita e gerida pelos trabalhadores. Não uma educação/adestramento pensada, administrada e controlada pelos empresários.

Hoje a CUT não faz mais esta disputa de hegemonia com o campo patronal. Parece quase que se contenta com as migalhas que o governo repassa do FAT. Ela não contesta o direito do "Sistema S" de continuar a ser dona de um dinheiro que deveria ser administrado, no mínimo, meio a meio com os trabalhadores.

Para se ter uma idéia do volume destes fundos, em 2000, o "Sistema S" arrecadou seis bilhões de reais, de forma com-

pulsória. É dinheiro gerado pelos trabalhadores, que vem descontado sobre o valor total da folha de pagamento e que é usado como bem do patronato quer. São recursos públicos com gestão privada.

O sindicato não pode ficar dependente dos recursos deste fundo, que hoje são liberados pelo governo, sob o risco de virar refém do Ministério do Trabalho

Enquanto isso, no mesmo ano, o governo repassou à CUT, do FAT, R\$ 35 milhões. O total de recursos deste fundo para a formação profissional foi de pouco mais de R\$ 300 milhões. E estes foram divididos entre empresários e quatro centrais, das quais três estão levando a mesma política neoliberal dos patrões.

Esta é uma disputa central para a CUT fazer, ao mesmo tempo em que trabalha com os recursos do FAT. É claro que essa contestação vai indispor profundamente governo e patrões contra a central que ouse abrir a boca sobre o império do "Sistema S".

Fortalecer o ensino público

O projeto de sociedade que a CUT aponta implica no ensino público e de qualidade para todo mundo. A defesa deste tipo de escola não é uma opção secundária na visão estratégica da central. Estabelecer projetos fora da escola pública é uma forma de esvaziar a perspectiva do ensino público e defender um projeto que vai no caminho da privatização. Fortalece o projeto neoliberal de esvaziar tudo o que é público e de propor políticas alternativas privadas e medidas compensatórias.

Neste sentido, a CUT precisa retomar e reafirmar o posicionamento que ela tinha até 94. Reafirmar a defesa intransigente das escolas técnicas e universidades públicas. Batalhar para que o gerenciamento de todos os recursos públicos seja de responsabilidade pública e social da sociedade. E isto não só no que diz respeito aos recursos, mas também à metodologia e aos programas. Só assim será possível atender às necessidades da maioria da população.

Ao disputar verbas do FAT é preciso ter presente este desafio de canalizar estas verbas para a criação de estruturas públicas para o ensino dos trabalhadores. Há algumas experiências neste sentido que merecem ser estudadas, ampliadas e multiplicadas.

Combater a chantagem

O problema, nas discussões dentro da CUT sobre o dinheiro do FAT, não pode ser reduzido ao dilema: usa ou não usa? O centro da questão é como exigir o fim da intermediação do governo, que hoje arrisca de levar a CUT a uma situação de chantagem não explícita.

O dinheiro do FAT vem dos trabalhadores e como tal deve

ser um direito exclusivo de ser utilizado por eles. Sua origem é do PIS/PASEP e dos famosos 20% do velho imposto sindical. Ou seja, dinheiro que tem dono e não há razão alguma de um padrinho que libere o que já deveria estar livre.

Hoje está em curso uma inversão de valores. Hoje quem gerencia e quem distribui os recursos do FAT é o governo. A Caixa Econômica recolhe o fundo e quem libera o dinheiro é o governo. É óbvio que o faz conforme seus únicos e exclusivos interesses, ou melhor, da classe que ele representa. É óbvio que qualquer entidade que tenha mais de 50% do seu orçamento vindo de recursos que estão nas mãos do governo, e liberados por ele, fica facilmente vulnerável a uma chantagem, não declarada, mas real.

Distância do Governo

Um dos pilares da ideologia de todos os governos neoliberais é repetir, de mil maneiras, que o problema do desemprego é culpa dos trabalhadores. De FHC a Malan, passando por todas as variantes de Senai a Senac, o coro é unânime. O trabalhador é o culpado por seu desemprego. Estude que esta praga acaba. Todos os meios de comunicação, no nosso país, não se cansam de reafirmar isto diariamente.

Revista Brasil Revolucionário nº 29 - Jul/Ago/Set 2001

Do mecânico ao programável, o programa da produção e o programa da revolução

Henry Arceiro*

A desmecanização do homem e a desumanização da máquina

A produção repetitiva é composta por um conjunto de saberes-fazer. Todo saber fazer pode ser transformado num programa de computador, como demonstra o Sergio Bacchi no seu artigo *A máquina digital programável*.

(A máquina digital programável, o computador) pode comandar a realização de qualquer conjunto de ações que seja redutível a um fluxograma. Na Figura 1 elaboramos o fluxograma que representa as ações necessárias para cruzar uma rua. Como vemos, não há nada de criativo na travessia de uma rua, porém, uma obra de arte, um invento técnico, uma descoberta científica, uma obra artesanal ou qualquer ação que envolva criatividade do sujeito, é impossível de se reduzir a um fluxograma, pelo simples fato de que as ações envolvidas não são previsíveis, nem em sua ordem, nem em sua qualidade, e por vezes, nem em seus objetivos. Portanto, é redutível a um fluxograma todo conjunto de ações previamente conhecido. Dito de outra forma: Tudo aquilo que fazemos como repetição, de agora em diante, podemos confiar a um autômato.

Evidentemente nos dias que correm ainda não estamos em condições de automatizar absolutamente todos os trabalhos possíveis de serem automatizados, mas isto é por simples razões técnicas, que podem ser superadas em pouco tempo, bastaria canalizar trabalho criativo na busca das soluções técni-

Nas nossas atividades formativas devemos tomar o máximo de distância desta visão genuinamente neoliberal. Nossa ênfase é no combate à política do governo que, deliberadamente, cria e precisa do desemprego para impor a flexibilização dos direitos e precisa do enfraquecimento dos sindicatos.

Outro fator capaz de gerar uma grande confusão na cabeça dos trabalhadores é a prática, hoje na moda, de associar cada vez mais nossas atividades ao governo. Cada folder ou cartaz em que o símbolo da CUT esteja ao lado do logotipo do Ministério do Trabalho torna mais difícil reafirmar nossa independência e nossa contradição total e absoluta com o projeto deste governo. Como combater sua política e estar fazendo tantas atividades juntas?

Estas são algumas das principais questões que CUT deve enfrentar e resolver sobre a formação profissional.

Jorge Luis Martins é membro da executiva nacional da CUT e da coordenação da Alternativa Sindical Socialista (ASS)

cas, que hoje estão empenhadas na busca de soluções para aquilo que produza mais-valia e não daquilo que alivie o homem de sua carga laboral.

Como é fácil de se entender, para que uma máquina automática seja bastante produtiva, ela deve estar inserida num processo produtivo que se repita nos mínimos detalhes. Para tanto, é desejável que todos os parâmetros de cada objeto e ação envolvidos no processo tenham sempre a mesma medida. Assim, no início da era da Automação Industrial fê-se medições dos parâmetros de diferentes processos e adotou-se medidas padrão para esses processos. A isto deram o nome de *qualidade total* ou outro dos apelidos que na época foram inventados pelos propagandistas do grande capital em seu objetivo de empolgar a opinião pública, sem contar-lhe, de fato, o que estava por trás de tudo aqui-

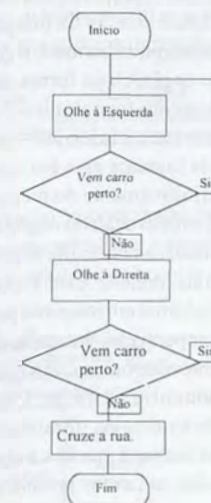


Figura 1 Fluxograma da travessia de uma rua

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

lo. De fato instituiu-se a norma 9.000 que padronizou medidas e tolerâncias para uma série enorme de processos industriais. Tudo passou a ser medido com tolerâncias bem determinadas para que os autômatos pudessem atuar sem problemas. (Bacchi, Sergio - *A máquina digital programável***)

O computador não transfere inteligência e pensamento para aquele que o manipula - coisa, aliás, que não faz e jamais fará. O que transfere é o elemento mecânico e repetitivo da atividade intelectual para a máquina, liberando a nossa mente para que ela exerça a sua atividade mais humana: o saber pensar. Ele propicia o desenvolvimento da racionalidade humana ao libera-la das inúmeras e exaustivas operações algorítmicas repetitivas e mecânicas necessárias para a produção. Assumindo o que antes era trabalho abstrato, abre espaço para o trabalho útil de criar, imaginar, fantasiar, problematizar. Para os humanos fica a tarefa de definir quais são os problemas que devem ser respondidos (e como devem ser respondidos). Ao computador cabe acionar todos os algoritmos, inclusive aqueles que criamos na problematização, para nos fornecer os resultados. Enfim, ele propicia a retirada definitiva da máquina humana das relações entre os homens, o fim da divisão da humanidade em classes e as condições materiais do encontro do homem consigo próprio.

A **máquina programável** é a expansão da máquina ferramenta que se potencializa para substituir todas as máquinas humanas em todas as tarefas repetitivas e mecânicas, manuais ou intelectuais. São máquinas passíveis de receberem todo o *saber fazer* que o homem criou ao longo de sua história. Com o computador e com a micro eletrônica digital o corpo não orgânico humano é capaz de absorver todo e qualquer saber fazer, todo programa que antes só existia em nossa mente, todo plano de ação produtivo e realizar todos os movimentos repetitivos dos membros humanos.

Com a criação da máquina programável o último elemento da máquina humana, o órgão de comando, se exterioriza do corpo orgânico na forma de equipamento extra-corpóreo e o movimento tecnológico - a transferência do saber fazer do homem para a máquina - atinge sua máxima intensidade. A espécie humana está em condições objetivas de se emancipar definitivamente do mecanismo.

A objetivação do órgão de comando é uma transformação qualitativamente diferenciada das outras exteriorizações da máquina humana. Com o computador a máquina ferramenta se transforma em máquina programável, um mecanismo que atua acompanhado, em cada detalhe do seu movimento, por um cérebro eletrônico que vigia, controla, calcula, projeta, desenha, administra e dirige. Com a exteriorização do órgão de comando a máquina ultrapassa a última fronteira que separa atividade humana mecânica da atividade simplesmente mecânica. Todas as tarefas produtivas repetitivas atribuídas à máquina humana no processo industrial podem ser transferidas para a máquina programável. Não há mais limite para a transferência de todo saber fazer do corpo orgânico para o corpo não orgânico; não há mais limite para a substituição da máquina humana pela máquina programável. Todas as dificuldades que surgirem serão transitórias pois o princípio da automação extra-corpórea para toda a produção repetitiva está criado.

Vivemos este período de transição onde, de um lado, o conjunto das relações humanas está articulado em torno da máquina humana (produção mecanizada), a base do modo de produção capitalista e, de outro lado, o conjunto da produção material tende para se articular em torno da máquina programável (produção programável). As máquinas humana e programável são contrários que se repelem. Em toda a história do trabalho humano os aspectos extra-corpóreos e corpóreos da máquina se combinavam necessariamente. Já o momento atual se caracteriza pelo antagonismo que se aguçou e se generaliza: onde existe máquina programável não pode existir máquina humana e vice-versa. A crise que vivemos é a plenitude desta contradição, o momento em que o Capital enquanto contradição em processo se transforma num antagonista à sobrevivência humana. A sociedade capitalista tem como condição de existência a produção mecânica das máquinas humanas. Mas o trabalho humano criou as suas substitutas, as máquinas programáveis. Por inércia e alienação continuamos praticando o capitalismo que não tem mais razão de existir, produzindo para um mercado que não existe mais. Somos peças de uma máquina que não mais existe.

Da produção mecanizada para a programável

A humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobre-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelos, em vias de aparecer (Marx, Karl - *Prefácio à contribuição para a crítica da economia política*). O desenvolvimento da humanidade não produz problemas sem, paralelamente, produzir suas soluções. Problemas e soluções formam sempre pares ordenados de tal forma que o primeiro nunca surge sem o seu segundo. Em sua dualidade de classes o trabalho humano produziu, nas condições de escravidão, a arma da sua emancipação. Por dominar o movimento produtivo, o Capital apropriou-se da máquina programável como arma de opressão, utilizando-a para intensificar a exploração da força de trabalho. Como é de sua natureza mecânica, o Capital escravizou esta criação libertária. Mas não pode esconder a convivência lado a lado do problema - o Capital com sua crise permanente e destruidora - com a solução - a coletivização da máquina programável. Só a socialização dos meios de produção e da ciência, da arte e da cultura, só a apreensão coletiva e geral dos processos conceituais e da nova base tecnológica capacitarão a humanidade para criar os novos nexos transformadores da máquina programável de instrumento de destruição, desemprego e desagregação social, em instrumento de emancipação e reconstrução do homem.

A civilização humana se originou numa ruptura da comunidade em que uma de suas partes transformou a outra em máquina. As necessidades de sobrevivência obrigaram a que o homem descobrisse em seu próprio corpo a máquina necessária para o cumprimento das tarefas produtivas repetitivas necessárias à vida. As transformações tecnológicas da informática, robótica e automação criaram as condições para a unificação da comunidade. O humano não vem mais

mascarado ou de máquina ou de senhor e pode voltar a ser o centro articulador do trabalho. Todas as ciências, artes e culturas, estão liberadas para realizar o seu objetivo maior: o autoconhecimento do homem pelo homem. Einstein nos explica que pensar não é lembrar de algo guardado na memória: também não é formar seqüências isoladas. O pensamento acontece exatamente quando elaboramos figuras ou imagens que unem seqüências "que por si mesmas não se relacionam entre si. Esse elemento vem a ser um instrumento, um conceito" (Notas autobiográficas - Einstein). É nesta atividade de criação que se radica e se realiza a nossa humanidade. Com a máquina programável o trabalho humano está potencialmente liberado do *pensar não pensando*. Mas vivemos no interior do mecanismo capitalista que trava esta libertação. É aí que encontramos a questão central da estratégia revolucionária: Como nos livrarmos, definitivamente, do Capital que é o mecanismo mais desenvolvido que a espécie criou para gerir máquinas humanas?

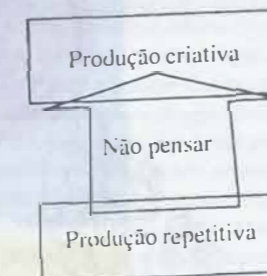
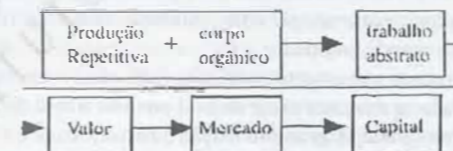
A produção repetitiva é a base para a realização da produção criativa:

Produção criativa Produção repetitiva

O corpo orgânico na produção criativa produz trabalho útil. O trabalho útil gera planos de ação - nexos e correspondências (conceitos). Os planos de ação geram a cultura, a arte e a ciência. E estes geram a racionalidade, a humanidade.



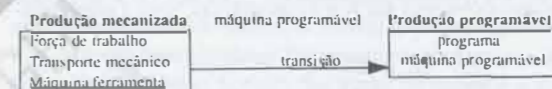
O corpo orgânico na produção repetitiva produz trabalho abstrato. O trabalho abstrato gera valor. Valor gera mercado. O mercado geral o Capital.



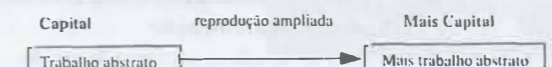
A máquina humana é a dominação do mecanismo sobre a razão. Ela aguçou a contradição entre as produções criativa e repetitiva ao exigir do corpo orgânico o pensamento mecânico - o *não pensar* - que é o elemento funda-

mental da produção criativa, do trabalho útil.

Com a máquina programável o trabalho humano pode retirar o corpo orgânico da produção repetitiva. E esta deixa de gerar o não pensar, liberando e potencializando a produção criativa.

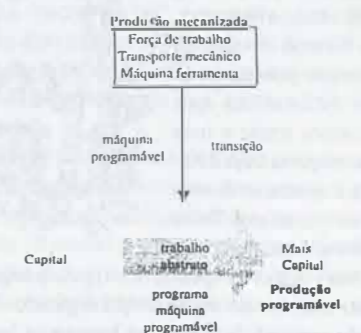


A máquina programável possibilita a transição das forças produtivas da **produção mecanizada** - máquina ferramenta + força de trabalho + transporte mecânico - para a **produção programável** - programa + máquina programável.



O Capital é um modo de produção que o trabalho humano inventou para se movimentar com máquinas humanas enquanto estas eram necessárias. É impossível que ele realize esta transição pois enquanto mecanismo só se movimenta na sua lógica: de capital (trabalho abstrato concentrado) para mais capital (mais trabalho abstrato).

Enquanto modo de produção dominante, o Capital não só é incapaz de efetuar esta transição como,

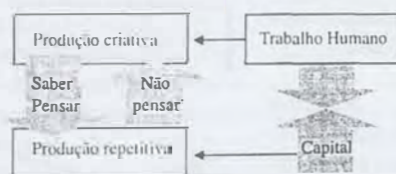


"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

mais ainda, se transforma no seu contrário, no seu principal obstáculo. Com a criação da máquina programável o Capital passou de impulsionador do desenvolvimento das forças produtivas para seu freio.

O capital é produto da produção repetitiva feita com corpo orgânico. Com a máquina programável ele inverte o seu sentido, tornando-se produtor de mercado, valor,



trabalho abstrato e, finalmente, de produção repetitiva com corpo orgânico.

Transforma-se em entrave para a produção criativa, para o desenvolvimento das forças produtivas, para a emancipa-



ção humana do mecanismo abrindo um combate aberto contra o saber pensar e a racionalidade.

Senhor da máquina programável, o capital confronta-se com o trabalho e a razão humanas e torna-se em agente puro e simples da barbárie.

A fronteira da liberdade: entre a barbárie e a humanização

A máquina programável foi criada no contexto da máquina humana. Os nexos que dirigem a sua aplicação, o seu uso, são mecânicos e classistas. Os milênios de civilização mecanizadora escravizaram

as nossas idéias ao mecanismo social, tornando-nos, a todos, peças fragmentadas, alienadas, coisificadas do grande autômato produtivo. É com estas idéias que buscamos tratar e usar uma máquina cuja dinâmica é oposta ao do mecanismo humano. Tentamos nos encaixar novamente



no mecanismo que nos expulsa, nos repele porque é da sua natureza ser exterior ao nosso corpo orgânico. Vivemos este momento contraditório em que buscamos inutilmente voltar a ser máquinas, em que procuramos uma nova forma de ser peça do autômato, em que tentamos em vão uma nova fun-

ção do nosso corpo dentro do mecanismo social. Como criamos uma máquina maravilhosamente externa ao nosso corpo, como completamos a nossa criação de uma máquina objetiva ela não nos permite mais este encaixe mecânico. No máximo isto só acontece onde a máquina programável ainda não penetrou. É uma questão de tempo e de luta da emancipação do trabalho que o seu ciclo se complete e ela substitua todas as tarefas produtivas repetitivas que o corpo humano ainda teima em realizar.

Aplicamos o novo utilizando o velho plano ação mecânico: os movimentos dos trabalhadores levanta como palavra de ordem a luta por emprego e renda, surgem teorias sobre mercado interno, mercado justo, economia solidária. É nesta contradição que reside todos os nossos sofrimentos atuais, toda a crise de desemprego, de destruição dos serviços sociais - educação, saúde, direitos trabalhistas, etc. Enquanto não nos livrarmos da velha concepção de usar o corpo humano como máquina, de dividir a sociedade em classes, de conceber as relações humanas como um processo mecânico, esta contradição irá se aprofundando atingindo graus cada vez mais insuportáveis até que seja alcançado um patamar onde ou criamos a nova vida emancipada do mecanismo ou mergulhamos na barbárie gerada não pela máquina que criamos para nos libertar, mas pela idéia de escravização humana que relutamos em jogar no lixo da história.

Estamos navegando na fronteira entre a barbárie e a liberdade. Um fio tênue e transparente separa a nossa condição de escravo das máquinas da de seu senhor. A máquina programável é o maquinismo domado, domesticado pelo trabalho humano. Com ela domaremos a produção repetitiva, criando novos nexos que permitam a sua utilização plena e libertadora. A história das forças produtivas mostra que o homem cria um novo equipamento, um novo meio de trabalho que vai muito além das velhas idéias e nexos em que foi gerado. A partir daí abre-se todo um novo ciclo de desenvolvimento que se dá fundamentalmente na criação dos novos nexos que crie novos usos e funções, que esgote todas as potencialidades abertas com o novo equipamento. O cérebro, o coração e as mãos, apesar de fazerem parte do mesmo corpo, não se movimentam no mesmo ritmo, intensidade e direção. O que as mãos realizam sob o impulso do coração intuitivo muitas vezes leva muito tempo para chegar na nossa idéia.

A resistência do Capital

A dança dos contrários é desconcertante e dissimuladora. O novo para se estabelecer precisa se apresentar vestido do velho para se tornar compreensível e ser aceito sem grandes traumas. Já o velho, na sua luta para permanecer em cena, precisa se apresentar sempre como moderno, como a última palavra e a grande novidade.

Em nosso movimento de criação defrontamo-nos com o inesperado: a máquina programável que nos libera da escravidão mecânica. A primeira reação à perplexidade é a de insistir no velho esquema da máquina humana vestindo-o com a fantasia da modernidade.

É moderno atuar com a qualidade total que é a máxima escravização do homem ao mecanismo; é moderno liquidar

com todas as conquistas sociais dos trabalhadores que passam a serem vistas como *custo Brasil*; o desemprego é moderno pois torna o salário, o preço da força de trabalho, da máquina humana, o mais barato possível; é moderno o fim de todas as garantias do trabalho pois só as máquinas humanas mais competentes devem se estabelecer; é moderno os trabalhadores gerenciarem

as fábricas sucateadas e falidas; é moderno gerenciar sucata.

É moderno reviver o escambo, a troca de botiquim, o mercado de marreiros; é moderno transformar solidariedade em mercadoria (mercado solidário,



economia solidária, corrupção solidária, etc); é moderno se sujeitar a todas as exigências das grandes corporações mundiais detentoras exclusivas da tecnologia de ponta e, portanto, senhoras onipotentes dos rumos da humanidade. Enfim é moderno que a escravização do homem ao mecanismo na sua forma mais bárbara, mais retrógrada, mais aguda, se estabeleça como plano de ação para toda a humanidade; é moderno que o robô que caminha em Marte guiado da terra se combine com o trabalho aniquilador das crianças carvoeiras e dos catadores de papel e de lata. É moderno que a periferia capitalista seja destruída, que as suas grandes cidades se tornem aterros sanitários de máquinas humanas sucateadas.

Enquanto isto o único novo possível e compatível com a máquina programável - a emancipação do homem da escravidão mecânica, o fim da sociedade de classes - é ridicularizado como idéia velha e superada.

Documento - Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos

A semente já brotou

O Grito dos Excluídos comemora o êxito das manifestações que aconteceram em mais de 2mil localidades. Os dados que chegaram até o momento na secretaria, (capitais e algumas cidades) indicam o envolvimento de mais de 300 mil pessoas.

Na semana da pátria a população esteve presente nas ruas expressando desejos, sonhos, utopias, esperanças e também protestando contra a situação de dependência que se encontra o Brasil.

Na cidade de Belém, o bloco dos excluídos, cerca de 5 mil participantes, apresentaram uma cobra gigante com a cara do senador Jader Barbalho. Em Brasília, houve a lavagem da rampa do planalto, no sentido de limpar a corrupção do país.

Na capital paulista, no monumento do Ipiranga, houve participação de cerca de 4 mil pessoas com a presença da igreja metodista, presbiteriana... e na cidade de Aparecida cerca de 100 mil pessoas participaram do Grito dos Excluídos e da

A utilização da máquina programável apenas está se iniciando. E este tímido começo já provocou tanta angústia, tanto tormento! A mente continua com as velhas idéias da escravidão mas o coração já presente que um mundo novo está prestes a se abrir para a espécie. Existe um enorme espaço vazio entre a criação da máquina programável e a sua utilização plena para a libertação humana. E a nossa principal tarefa é preencher este espaço com novos nexos emancipadores que retire definitivamente o homem do maquinismo, que supere definitivamente a sociedade de classes, que ocupe todos os movimentos repetitivos da produção com a máquina programável e que nos libere, enquanto senhores coletivos das máquinas, para a nossa tarefa superior de criar cultura, ciência e arte.

O Capital é incapaz de conduzir a humanidade da produção mecânica para a programável. Ele é um mecanismo e como tal só integra a máquina humana na produção se for para se reproduzir de forma ampliada: submetendo o proletariado e ampliando o mercado. Mercado e submissão proletária combinados com a máquina programável resultam em sucateamento humano e destruição da vida. Esta é uma limitação concreta, histórica e inevitável que ninguém, nem o Fernando Henrique e seus geninhos tecnocratas, podem superar. Só a comunidade emancipada do mercado pode conduzir a humanidade da produção mecânica para a programável. Comunidade emancipada do mercado, nas atuais condições históricas, é comunismo científico. E o comunismo científico é o movimento de revolta do proletariado movido pela consciência de classe. Só a revolução proletária poderá emancipar o trabalho humano das travas do capital e dotar a humanidade da produção programável.

São Paulo, março de 2001

* Herry Armeiro é colaborador da Revista Brasil Revolucionário

** Cf. Automação e o Universo do Trabalho Humano (RBR nº 28)

Nacional

Romaria dos Trabalhadores.

Em Vitória (ES) cerca de 8mil pessoas foram à caminhada do Grito onde cerca de mil manifestantes desfilarão vestidas com batas pretas em luto a política da exclusão, com a frase "dívida interna = morte social". Enquanto cantavam o hino nacional, foram distribuídas 3500 mudas de árvores.

Já em Fortaleza mais de 20 mil pessoas estiveram na Praça José de Alencar, Participando da Caravana "O Nordeste Quer Dignidade".

Em Cuiabá e Várzea Grande mais de 3.500 pessoas participaram das manifestações. Lá o evento contou com a participação de representantes sindicais, entidades, igrejas e parlamentares. Cerca de 70 mudas de pau Brasil foram distribuídas nas proximidades da Lagoa - no centro de João Pessoa; que teve uma média de 4mil pessoas acompanhando a programação.

Na capital gaúcha, houve a participação de 5mil pessoas,

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

e no final do ato, o canto do hino nacional foi acompanhado especialmente em braile por portadores de deficiência visual e auditiva. Na cidade de Maceió 2.500 pessoas participaram da confecção de uma bandeira brasileira com sementes e a seguir um desfile organizado em duas alas: "o Brasil que temos e o Brasil que queremos".

No grito deste ano em Ji Paraná (RO), mais de 100 escolas municipais trabalharam o lema do grito e mais de 2 mil pessoas participaram do desfile oficial no bloco dos excluídos.

Em Montes Claros (MG), o Grito contou com a presença de 5 mil pessoas, envolvendo as escolas particulares. Uma semente foi plantada e quando nascer, será feita uma celebração do Grito com uma comunidade adotando-a.

Campo Grande (MS) foram 3 mil os participantes, distribuídos em blocos temáticos: desemprego, apagão, indígenas. Em Curitiba em torno de 2 mil pessoas fizeram uma caminhada até a ocupação Pantanal e no final houve a distribuição de sementes e frutas. No município de Alcântara/ Rio de Janeiro, 250 pessoas participaram de uma celebração marcada pela chuva de sementes e manifestações culturais com a apresentação de

A história do Grito dos Excluídos

O primeiro Grito dos Excluídos foi realizado em 7 de setembro de 1995 e teve como lema: "A Vida em primeiro lugar". A iniciativa surgiu das Pastorais Sociais em 1994, em vista da Campanha da Fraternidade, que apresentava o tema: "A fraternidade e os excluídos". O Grito surgiu da intenção de denunciar a exclusão, valorizar os sujeitos sociais. Este grito aconteceu em mais de 170 cidades e teve como símbolo uma panela vazia.

A partir de 1996, o Grito passou a fazer parte do "Projeto Rumo ao Novo Milênio", com a aprovação dos bispos do Brasil em assembléia da CNBB. Naquele ano, a Campanha da Fraternidade foi sobre política e o lema do Grito: "Trabalho e Terra para viver". As parcerias foram ampliadas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central de Movimentos Populares

(CMP) passaram a integrar a coordenação nacional. Foram realizadas manifestações em 300 cidades. O símbolo do Grito foi uma chave, estimulando à reflexão de que o trabalho é a chave da questão social.

Em 1997, a Campanha da Fraternidade foi sobre os encarcerados e o lema do Grito foi "Queremos justiça e dignidade", atingindo cerca de 700 cidades.

Em 1998, educação foi o tema da Campanha da Fraternidade. O Grito, com o lema: "Aqui é o meu país",

teatros, músicas, poesias e depoimentos sobre a exclusão.

Em Aparecida, um dos momentos fortes foi a simbologia das sementes. No mapa da América Latina, 12 crianças do MST plantavam sementes de milho e feijão, enquanto representantes dos movimentos sociais colocavam suas principais reivindicações e propostas como: Semente do Movimento Permanente Contra o Desemprego; de uma nova lei de estrangeiros: da soberania nacional contra a ALCA; dos direitos sociais; Semente da Reforma Agrária contra os transgênicos; da juventude enfocando o Trabalho e 1º emprego.

A independência do Brasil ainda está por vir e cabe aos setores excluídos transformar mais essa página da história.

Os gritos dos excluídos não são palavras vazias, estereótipos, mas são sonhos e realidades que refletem uma busca sem cessar de dignidade humana. São expressão de vida, esperança dos que creem que é possível construir uma pátria e um mundo diferentes onde a vida esteja em primeiro lugar.

Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos

seguiu ampliando as parcerias, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e as manifestações ocorreram em mais de 1000 cidades. O símbolo foi uma sacola vazia com os dizeres: "A ordem é ninguém passar fome".

Em 1999, a organização coletiva do Grito dos Excluídos contou com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O tema foi "Brasil: um filho teu não foge à luta".

Em 2000, com o tema "Progresso e Vida Pátria sem Dívida\$", junto com a realização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa em todo Brasil reforça o fato de que, apesar das dificuldades, nosso povo não tem parado de lutar, busca conquistar a independência, dividir o poder e a riqueza e construir uma Pátria livre, um Brasil com igualdade e justiça social.

O Grito dos Excluídos de 2001 com o lema Por amor

a essa Pátria Brasil, no contexto da economia globalizada, e da pressão dos organismos financeiros internacionais, enfoca a soberania e independência nacional. Frente à globalização da economia, o Grito propõe a globalização da solidariedade, no sentido de manter vivos e ativos os sonhos, esperanças e utopias. Também valoriza os tesouros da cultura popular, o protagonismo dos excluídos e incentiva a criatividade, bem como a construção de um projeto popular para o Brasil.



"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Luta Operária nº 52 agosto de 2001 anoVI

Organizar, unificar e centralizar a greve dos servidores rumo à greve geral por tempo indeterminado!

O conjunto do funcionalismo público federal, após sete anos sem reajuste, começa a mobilizar-se em meio à fase terminal do governo FHC. Engrossando as fileiras dessa greve nacional, a grande maioria das universidades federais já se encontram paralisadas pelos servidores e pelos professores. Os servidores federais estão mobilizados reivindicando: reposição das perdas salariais de 75, 48%, concurso público (não ao projeto de emprego público), incorporações das gratificações, defesa dos direitos sindicais, defesa dos aposentados etc.

O governo FHC, ao deparar-se com a crescente greve nacional do funcionalismo público, tenta ainda algumas manobras para ganhar a opinião pública contra a greve. O Supremo Tribunal Federal, cumprindo o seu papel de capacho do governo federal, falsamente colocou-se favorável a um reajuste salarial dos servidores em 2002, sem estipular qualquer índice de correção, deixando FHC a vontade para lançar demagogicamente a proposta de incluir no orçamento do próximo ano uma previsão de reajuste de 3,5%, caso o Congresso Nacional aprove a manutenção da CPMF.

Em detrimento dos reajustes ao funcionalismo, o governo continua pagando as dívidas interna e externa, além de garantir benesses aos banqueiros. O governo FHC não faz nada mais do que seguir as ordens expressas do FMI para alcançar um superávit primário e continuar recebendo novos empréstimos em socorro contra os ataques especulativos que rondam o Brasil.

Os inúmeros escândalos de corrupção da máquina estatal capitalista que colocou em xeque o governo FHC, somada à crise da Argentina que se agiganta, forçam a necessidade de novos empréstimos para impedir um ataque especulativo, tornando o governo cada vez mais submisso aos ditames dos gabinetes de Washington e do Banco Mundial, resultando diretamente na continuidade e ampliação dos ataques à classe trabalhadora, através dos arrochos salariais, cortes na saúde, educação etc.

Nesse contexto, o funcionalismo federal é uma das categorias mais violentamente atacadas pelo governo. Além de estar sem reajuste desde que FHC tomou posse, foram suprimidos mais de 50 direitos dos servidores públicos, entre eles, a quebra da estabilidade, proibição de conversão de um terço de férias, congelamento do vale-alimentação e inúmeros ataques devastadores aos direitos conquistados anteriormente.

Mesmo utilizando dos próprios índices oficiais da inflação referente a este período, a perda do poder aquisitivo dos servidores já supera 60%! Se, por um lado, a guerra contra a classe trabalhadora se intensifica, por outro lado, basta uma faísca para despertar a intervenção dos trabalhadores na crise capitalista sob uma perspectiva independente.

O fato da greve do funcionalismo das universidades tender a unificar outras categorias importantes, como a dos professo-

res e outros setores do funcionalismo, indica uma grande potencialidade de luta que ameaça despontar no seio da classe trabalhadora, uma vez constatada a falência das marchas a Brasília, das pressões parlamentares, das supostas greves gerais que não passaram de dias de luta simbólicos sem luta.

Desse modo, é preciso relembrar os enfrentamentos do funcionalismo público na última greve, que demonstraram grande combatividade, chegando inclusive a ultrapassar as direções sindicais para que não perdesse o controle total, a burocracia sindical, particularmente da CUT, tratou de sabotar e dispersar as lutas, apostando nas negociações específicas por órgãos, negando-se unificar, centralizar e generalizar a greve para o conjunto da classe trabalhadora rumo à greve geral.

Só a imensa integração da burocracia cutista ao estado capitalista justifica o fato de que, durante dois mandatos de FHC, não se tenha travado uma luta sistemática, com greves unificadas por tempo indeterminado, mobilizações massivas etc. Não por acaso, hoje, 2/3 da arrecadação anual da CUT vêm das verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), entregues diretamente pelo governo FHC. A direção da CUT (PT), ao depender do financiamento das verbas estatais, aperfeiçoa sua política petista socia-democrata de oposição "ética", e de defesa integral do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que usa para justificar a perseguição dos governos petistas ao demitir os servidores públicos, como o em Diadema. Esta política levada adiante pelo PT, credencia-o junto ao imperialismo como opção viável de governo "ético" em 2002.

A responsabilidade de potencializar e organizar a greve nas universidades que vem sendo construída pelos servidores e professores, não cabe somente a estes, mas principalmente aos estudantes que têm um papel fundamental de quebrar os limites impostos pela direção da UNE (Pcdob), que se reduz a um suposto apoio, chamando dias de mobilização dos estudantes.

É necessário a construção de uma greve estudantil, que imponha a paralisação das universidades que ainda estão funcionando, somando-se com toda a sua força de mobilização à greve nacional do funcionalismo. É preciso portanto, romper com a política de colaboração de classes da direção da CUT/PT e da UNE/PCdoB e também das entidades gerais dos servidores públicos, colocando a direção da greve sob um comando unificado de base, eleito ampla e democraticamente, que tenha capacidade de generalizar as greves, estendendo-as à outras categorias, forjando-se neste uma alternativa de direção revolucionária. Os estudantes, servidores, professores devem chamar a unidade de todas as categorias em luta para impulsionar uma poderosa greve geral por tempo indeterminado para pôr abaixo FHC, rumo à construção de um governo operário e camponês, produto de uma revolução proletária, e do socialismo.

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Texto para o Quinzena

A Universidade neoliberal

Paulo Henrique Costa Mattos

A Universidade está se transformando num grande negócio para o Governo Fernando Henrique, pois a vampirização mercantil está fazendo das instituições de ensino superior (IES) um modelo mercantil, onde cada vez mais o governo se desresponsabiliza deixando prevalecer a lógica do mercado e da iniciativa privada.

Hoje para o governo federal o conceito de Universidade eficiente é aquele em que os departamentos ganham dinheiro, estudam dinheiro ou atraem dinheiro. Por isso mesmo os cursos que não são os grandes beneficiários dessa política, principalmente os cursos da área de humanidades, são negligenciados, e até abandonados.

A recente greve das Universidades Federais do país foi fruto desse desleixo e abandono das instituições de terceiro grau públicas no Brasil. Fruto de uma política gradual de estrangulamento do ensino público, gratuito e de qualidade, com o claro objetivo de implementar e consolidar um novo padrão de universidade no Brasil, a universidade neoliberal, conhecida como market-model university.

O padrão do market-model university é cada vez mais evidente. Lá nos EUA em novembro de 1998, a Universidade da Califórnia, Berkeley, fechou um acordo com a empresa suíça Novartis: uma doação de vinte e cinco milhões de dólares foi concedida ao Departamento de Microbiologia (Plant and Microbial Biology). Em contrapartida, a grande potência suíça da farmácia e da biotecnologia recebeu da universidade pública o direito de se apropriar de até um terço das descobertas feitas pelos pesquisadores do departamento (inclusive as financiadas pelo Estado da Califórnia ou pelo governo federal).

A Novartis também "ganhou" a concessão de negociar patentes das invenções decorrentes das pesquisas. Além disso, a Universidade de Berkeley concedeu à Novartis o controle de duas das cinco cadeiras da Comissão de Pesquisa do Departamento, que tem a tarefa de distribuir os fundos de pesquisa. O resultado direto disso é que mais da metade dos professores daquela instituição, tanto como o princípio da pesquisa para o bem público estão ameaçados.

Mas esse padrão de Universidade mesmo lá nos EUA está provocando unia gritaria. Mais da metade dos professores do depto de Microbiologia da Universidade de Berkeley, mostraram-se inseguros, pois tanto o princípio da pesquisa para o bem público quanto a livre troca de idéias dentro da comunidade científica ficaram subordinados aos interesses de mercado, o que ameaça a produção do conhecimento.

Até mesmo um senador pelo Estado da Califórnia, Tom Hayden questionou se a pesquisa biotecnológica não ficaria, daí em diante, dominada pelo interesse das empresas e se, no meio universitário, eventuais críticos dessas práticas não correriam o risco de serem amordaçados?

Mas enquanto isso no Brasil esse é considerado o novo modelo de cooperação entre as universidades e o setor privado. A aceitação desse modelo no Brasil só demonstra o grau subserviência do Governo FHC às políticas imperialistas dos Norte-Americanos. Como se o que fosse bom para eles fosse bom para nós.

Com a desculpa frequente que o Brasil não tem recursos para aplicar nas Universidades Públicas e que a prioridade é o ensino fundamental, o Governo Federal reduz progressivamente seus orçamentos com a educação superior e quer "entregar" os setores mais avançados de pesquisa à lógica de mercado exatamente como fazem os norte-americanos. Talvez tenha se esquecido que vivemos num país de 3º mundo e não num país avançado e de economia central.

A perspectiva de enquadrar as universidades brasileiras na nova geração de Reformas, que visam normatizar o direito privado como uma forma de assegurar a privatização dissimulada das Universidades Públicas brasileiras é um grande desastre pois além das Universidades Públicas no Brasil ainda serem responsáveis por 90% das pesquisas, essas reformas são a contrapartida das políticas do FMI aceitas de forma acrítica pelo governo brasileiro.

As Universidades brasileiras vão entrar na lógica do setor de serviços educacionais da Organização Mundial de Comércio (OMC). Por isso mesmo, o FMI está exigindo a inclusão da Educação nos Tratados de Livre Comércio.

A configuração da ALCA fará da Universidade Brasileira um modelo totalmente agregado aos interesses norte-americanos. A reconfiguração da Educação Superior já está em andamento pela ALCA, pelas diretrizes do FMI e de todas as imposições da globalização. Isso porque o FMI prega abertamente que nos países periféricos não cabe construir um sistema de Ensino Superior de caráter Europeu, ou seja aquele que produz conhecimento articulado com o ensino, pesquisa e extensão.

O mais doloroso disso é que grande parte da esquerda brasileira incorporou uma avaliação equivocada da globalização e vem trabalhando equivocadamente como se o trabalho e o conhecimento fossem livres para circular. Mas a prova cabal de que isso é um equívoco é que hoje dos 3,5 milhões e meio de patentes no mundo, apenas 1% é ligada ao 3º mundo. Contudo 90% delas são de propriedade de grandes conglomerados econômicos internacionais.

Aceitar o padrão do market-model university no Brasil é praticar um suicídio das universidades capazes de contribuir com a efetivação de um projeto de desenvolvimento nacional minimamente independente e não subordinado.

Mas para compreendermos melhor o tamanho da burrice em seguir o modelo norte-americano citamos apenas um exemplo: apenas a Universidade de Wisconsin nos EUA recebeu em 1999 US\$ 3 bilhões de dólares de verbas públicas, mais do que todo o gasto com o sistema de ensino superior no Brasil no mesmo período.

A criação de Fundações Públicas de caráter privado faz parte da política estratégica dos neoliberais de estrangularem as instituições de ensino público, gratuito e de qualidade, pois o estrangulamento financeiro dessas instituições públicas visa configurar as universidades brasileiras como agência de venda de serviço de baixa complexidade tecnológica.

Por isso tudo, é preciso estar atento quanto a mudança do caráter da Universidade Pública do Brasil, pois embora ela esteja sucateada, renegada e abandonada ela ainda representa muito para o país e sem ela ficará mais difícil de consolidar a perspectiva de um Brasil livre do jugo imperialista, independente, justo e democrático.

As universidades brasileiras não podem e não devem adotar as diretrizes e designios do modelo neoliberal, mas sim lutar e reforçar sua luta por ser uma instituição pública, gratuita, de qualidade e acima de tudo manter a perspectiva de continuar sendo instrumento de desenvolvimento do Brasil e não um instrumento da lógica de mercado.

Paulo Henrique Costa Mattos é professor da FIESC - Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

Folha de São Paulo 28 de setembro 2001

Moderados obtêm vitória apertada nas eleições do PT

Sucessão no escuro: chapas dos "radicais" tiveram mais de 32% dos votos

Exatos 11 dias depois do fechamento das urnas, o PT finalmente divulgou ontem o resultado da eleição direta para presidente nacional do partido.

O deputado federal José Dirceu, da ala moderada, foi reeleito no primeiro turno, com 113.713 votos (55,55% dos votos válidos). É um resultado ligeiramente superior ao de 1999, quando teve 54,49%. Mas o deputado esperava 60%.

Por outro lado, a chapa formada pela corrente Articulação, de Dirceu, conseguiu uma maioria bastante apertada. Foram 105.895 votos, o equivalente a 51,62%.

De acordo com as regras da eleição, os filiados votaram separadamente para presidente e para a chapa do diretório nacional. O diretório é formado proporcionalmente a partir da votação das chapas. "A correlação de forças não mudou", afirma o deputado José Genoíno (SP), presidente interino do partido.

A consequência imediata do resultado é que a ala moderada terá margem de manobra mais estreita do que se esperava no diretório nacional para aprovar teses e medidas de seu interesse. Entre elas, a defesa de amplas alianças para a campanha 2002.

Os moderados, segundo Genoíno, vão trabalhar juntos com as duas chapas de "centro", que conseguiram 12,96% dos votos. As três chapas das chamadas alas "radicais", enquanto

isso, obtiveram 32,49% dos votos.

Raul Pont, uma das principais lideranças das alas radicais, comemorou o resultado. Ele ficou em segundo lugar. "Não aconteceu aquilo que se esperava: uma vitória massacrante [de Dirceu]. A gente sai fortalecido."

Votaram na eleição 221 mil filiados, menos do que a expectativa do partido, que trabalhava com o quórum de 300 mil. O comparecimento também foi menor do que o de 1999, quando 239 mil votaram. O resultado final demorou a sair em virtude de uma pane no sistema de totalização eletrônica.

Lula, Suplicy e Marta estão entre os moderados

Com a vitória apertada na eleição direta, a tendência moderada Articulação controlará por mais três anos o PT, o que já faz desde 1995. A ela pertencem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente reeleito, José Dirceu, o senador Eduardo Suplicy e a prefeita de São Paulo Marta Suplicy.

Entre os radicais, as principais tendências são a Articulação de Esquerda, do presidente do PT-RS, Julio Quadros, a Democracia Socialista, da senadora I-Ieloísa Helena (AL), a Força Socialista, do prefeito de Belém do Pará, Edmilson Rodrigues.

Há ainda correntes de "centro", das quais se destaca o Movimento PT, cujo maior representante é o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro.

Economia

Em Tempo 321 - junho/ julho 2001

Campanha contra a "Nafta nas Américas"

Public Citizen

A proposta da Alca contém os aspectos mais problemáticos do Nafta e da OMC, o que reduzirá ainda mais a capacidade dos estados controlarem os fluxos de capitais

Durante a última década, empresas transnacionais se utilizaram dos acordos comerciais internacionais para aumentar suas margens de lucro à custa do interesse público. A implementação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994, e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, como resultado da Rodada Uruguai do GATT, foram apresentadas como uma forma de gerar prosperidade mundial. Sem dúvida, os resultados demonstraram que este modelo comercial, conduzido pelo setor empresarial, provocou a deterioração dos direitos trabalhistas e das normas ambientais, um enfraquecimento dos sistemas de saúde e segurança pública; uma crescente exploração do ambiente e dos recursos naturais; uma perda de segurança alimentar, queda dos salários, redução do

emprego sindicalizado, aumento da flexibilidade laboral e uma crescente pobreza e desigualdade econômica. A isto se somou uma proliferação de crises financeiras - como a do peso mexicano - uma tendência à privatização e, como consequência, falta de acesso, por razões financeiras, de muitos cidadãos a serviços sociais essenciais como a saúde, a educação e a água potável; e uma perda de espaços democráticos e de responsabilidade em tomada de decisões. Agora, através da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), 34 chefes de Estado e ministros de comércio de todas as nações do Hemisfério (exceto Cuba) estão considerando a expansão deste modelo fracassado de crescente privatização e desregulação a todo o Hemisfério. A proposta atual da ALCA contém os aspectos mais problemáticos do NAFTA, da OMC

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Walter Benjamin

e do fracassado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) o que reduzirá a capacidade dos Estados para implementar políticas de interesse público e aumentará o controle empresarial sobre os processos supostamente democráticos - à custa dos cidadãos das Américas e do Caribe. A proposta pretende:

- estabelecer regras de livre investimento que dariam às empresas o direito para processar os governos por perda de lucros empresariais geradas por decisões democráticas em favor da população. Estas demandas podem resultar em multas de milhões de dólares, que os cidadãos terão que pagar a estas empresas através de impostos;

retirar dos países o direito de proteger sua economia do fluxo de investimentos de capitais especulativos para evitar crises financeiras;

- estabelecer um processo de resolução de conflitos conduzido por tribunais secretos de comércio internacional, acima das jurisdições nacionais, permitindo que governos e empresas estrangeiras fiquem imunes às cortes e ao sistema legal nacional;

- outorgar às empresas multinacionais novos direitos e instrumentos para ignorar as normas governamentais de saúde, segurança alimentar, segurança pública, e de proteção - outorgar às empresas multinacionais novos direitos e instrumentos para ignorar as normas governamentais de saúde, segurança alimentar, segurança pública, e de proteção laboral e ambiental e desafiar as leis que impedem as empresas de

contaminar as comunidades em que operam;

- impor nas negociações a desregulação e privatização do setor de serviços, o que pode pressionar os governos a desregular serviços públicos essenciais para o bem estar da população.

As negociações da ALCA vêm sendo realizadas secretamente. Com exceção dos grupos empresariais que atuaram em reuniões extra-oficiais, servindo como juntas consultivas empresariais para o Comitê de Negociações Comerciais, poucas pessoas que não as dos grupos de negociação viram o texto rascunho e os documentos relacionados às negociações. Até agora, somente um dos 34 governos publicou um texto que contém suas próprias recomendações de inclusão no acordo final. À maioria dos parlamentares foi negado o acesso à informação, ou não foram sequer informados de que estas negociações se estão realizando....)

Os grupos abaixo-assinados se comprometem a monitorar atentamente a participação de seus governos neste processo,

para assegurar que as atuais negociações da ALCA, baseadas nos modelos do NAFTA, do AMI e da OMC, não prosigam. Em especial, não permitiremos que componentes do sistema comercial definido pelas empresas, tais como os seguintes, estejam presentes na ALCA:

1. Nenhum Novo Instrumento que Fortaleça o Poder das Empresas: Nos opomos a toda linguagem que contenha o estilo do Capítulo 11 sobre Investimento do NAFTA, que permite iniciar casos judiciais contra os governos por parte de empresas. Este mecanismo do NAFTA permite que as empresas processem os governos, em tribunais comerciais anti-democráticos e fechados, por diminuir suas expectativas de lucros futuros, de acordo com as regulações nacionais.

Sob as regras do NAFTA, este mecanismo já foi utilizado para atacar políticas nacionais importantes para proteção do meio ambiente, da saúde, e da segurança da população. De fato, cada vez que as empresas recorreram aos tribunais utilizando este capítulo do NAFTA, o resultado se deu em favor das empresas e contra o interesse público. Como resultado dos ditames destes tribunais comerciais, os países tiveram que pagar multas às empresas utilizando dinheiro dos cidadãos; e se os governos decidirem manter em vigor estas leis de interesse público, terão que seguir pagando às

empresas.

2. Proteger os Direitos e as Necessidades Sociais Básicas nas Américas: Nos opomos a que os direitos sociais e as necessidades básicas se subordinem às regras definidas pelo interesse empresarial e presentes nas propostas atuais da ALCA. Temas críticos para o bem-estar humano e planetário, tais como os serviços sociais básicos, a água, a saúde, a alimentação e a segurança, não podem subordinar-se aos acordos comerciais. O enfoque meramente comercial nestes temas já gerou uma tendência favorável aos organismos transgênicos, contrária à preservação das florestas, aumentou o tráfico de produtos proibidos e também o agressivo mercado do tabaco.

3. Os Serviços Necessários à Sobrevivência: Os serviços necessários à sobrevivência, como a saúde, a educação, a energia e outros serviços básicos não devem ser sujeitos às regras comerciais. As leis nacionais para saúde e segurança do consumidor, o meio ambiente, o trabalho, as leis que regulam o setor de serviços, que não diferenciam for-



necedores nacionais estrangeiros, têm que permanecer fora dos acordos comerciais. Nas Américas e não no Caribe, os programas de ajuste estrutural que implicaram em privatização e desregulação dos serviços públicos essenciais, exigidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, já produziram uma grave redução do acesso da população à saúde pública, às escolas e à água potável. As propostas atuais da ALCA consolidariam este perigo para sempre, impedindo aos governos reverter a privatização dos serviços não futuro, ainda que se comprovem seus efeitos negativos.

4. Não ao protecionismo das patentes. As sementes e a medicina são necessidades humanas e não mercadorias: Não há nenhum fundamento para incluir a proteção da propriedade intelectual devem ser permitir aos governos limitar a proteção das patentes para defender a saúde pública, especialmente as patentes sobre as formas de vida e medicamentos essenciais. O patenteamento das formas de vida, incluindo os microorganismos, deve ser proibido em todas as instâncias nacionais e internacionais. As atuais regras de propriedade intelectual, como o acordo TRIPs da Organização Mundial de Comércio (OMC) e as regras incluídas no Capítulo 7 do NAFTA sobre Propriedade Intelectual, impedem o acesso da população aos medicamentos essenciais e outros bens, conduzem à apropriação privada de formas de vida e do conhecimento tradicional: afetam a biodiversidade e impedem que os países mais pobres aumentem seus níveis de bem-estar econômico e social.

5. A alimentação é um direito humano e não uma mercadoria: Os registros comerciais devem ameaçar o direito dos países a estabelecer ou manter políticas para salvar guardar os pequenos produtores agrícolas, as economias rurais e a segurança alimentar.

6. O controle sobre os recursos naturais: Os cidadãos e os governos - e não as empresas transnacionais - devem ter o direito de tomar decisões sobre o uso e a proteção de seus recursos naturais. As políticas sobre o uso dos recursos naturais devem manter um equilíbrio entre os benefícios sociais de sua preservação, da criação de empregos e do desenvolvimento econômico. Portanto, são inaceitáveis regras comerciais internacionais, como as do NAFTA, que permitem às empresas transnacionais ultrapassar o controle ou regulação dos países sobre suas terras, reservas de petróleo e gás, florestas, rios e outros recursos naturais.

7. Parar os danos atuais: Tanto o NAFTA como a OMC têm regras que subordinam as regulações e proteções nacionais ambientais, agrícolas, de saúde e emprego. Estas regras são contrárias ao interesse público, e não devem ser incluídas em futuros acordos comerciais internacionais. Além dis-

so, nestes acordos comerciais, não se pode subordinar ou ameaçar a implementação dos Acordos Multilaterais Ambientais, de Saúde, de Desenvolvimento, de Direitos Humanos, de Direitos Indígenas, de Segurança Alimentar; nem aqueles sobre os Direitos da Mulheres, dos Trabalhadores e de Proteção dos Animais.

8. Proteger as mulheres, as minorias e os povos indígenas: Em um acordo internacional justo, não deveriam existir medidas como aquelas do NAFTA que não permitem um tratamento especial diferenciado às mulheres, às minorias, e aos povos indígenas. Consideramos prejudicial e ofensivo ameaçar o direito soberano dos estados para determinar suas próprias prioridades sociais, como por exemplo a oferta de condições de crédito preferencial aos setores aos setores mais carentes de suas populações. Tais medidas estão em franca contradição com os tratados internacionais de Direitos Humanos e as convenções da OIT, em particular a 169.

9. Promover o desenvolvimento e controlar o poder empresarial: Os acordos de comércio internacional não devem limitar a capacidade dos governos para fazer com que o investimento estrangeiro beneficie os cidadãos. A ALCA não deve impedir que os governos utilizem instrumentos de políticas para promover o desenvolvimento equitativo e sustentável, tais como limitar o capital estrangeiro em certos setores, condicionar o investimento à transferência de tecnologia e à reinversão dos lucros, ou limitar a compra de terras agrícolas ou bens de raiz.

10. Defender-nos da especulação: Para prevenir a proliferação de crises financeiras, os países têm que manter sua autonomia para tomar medidas contra inversões especulativas. As regras de investimentos do NAFTA, presentes na proposta para a ALCA, constituem precisamente o caminho errado, já que proíbem os governos de estabelecer estas medidas elementares de proteção.

As organizações abaixo-assinadas comprometem-se a lutar contra o modelo empresarial de globalização expresso na ALCA, que sobrepõe o interesse das multinacionais ao bem comum da população. Promoveremos novas alternativas de integração para as Américas e o Caribe, baseadas em princípios democráticos e transparentes, no desenvolvimento equitativo e sustentável, na proteção do interesse público acima do lucro empresarial.

Segue a lista de 164 organizações de 15 países, em 14 de maio de 2001.

A Public Citizen, dirigida por Ralph Nader e Lori Wallach, é uma das mais importantes organizações não-governamentais dos Estados Unidos.



"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". *Walter Benjamin*

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". *Walter Benjamin*

FMI: Fome e Miséria Internacional

Benício Medeiros

Pelo seu tom panfletário, o título acima parece coisa da década de 60. E é mesmo. Tomei-o emprestado a um famoso artigo de Otto Maria Carpeaux, publicado, se não me falha a memória, no extinto Correio da Manhã, por volta de 66/67. Circulando de mão em mão, clandestinamente, em cópias mimeografadas (existe coisa mais antiga?), o artigo fez o maior sucesso no meio estudantil. Tanto é que, depois de tantos anos, e de tantas perdas, fui encontrar ainda um exemplar, marcado pelo tempo, no fundo do meu baú.

O artigo também está marcado pelo tempo. Expressões que Carpeaux usou - "esbirros do FMI", "USURÁRIOS E EXPLORADORES AMERICANOS" - FICARAM FORA DE MODA. Naquela época de grandes confrontos - que explicam o estilo radicalizado do escritor, perseguido pelo regime militar - ainda se dizia "imperialismo" em vez de "globalização". Na sua essência no entanto, passados quase 40 anos, o artigo de Carpeaux continua atualíssimo - até porque, como também se dizia antigamente, tudo continua como dantes aqui neste quartel de Abrantes. O ideal das novas gerações, que saberiam como contextualizá-la. Mas como pediram um texto a mim, e não ao Carpeaux, que infelizmente já morreu, vou-me limitar a reproduzir três trechos do seu artigo - dois trechos certos e um mais ou menos errado.

Primeiro trecho, certo: "O que importa ao FMI é só a estabilidade da economia. Ora, para os países desenvolvidos e industrializados, a estabilidade econômica significa o progresso lento e garantido. Mas para os países subdesenvolvidos significa estagnação; significa a estabilidade da miséria. E essa miséria é útil para os países industrializados, porque lhes permite comprar mercadorias de exportação dos subdesenvolvidos por um preço cada vez mais barato."

Segundo trecho, também certo: "Só permitem empréstimos [os dirigentes do FMI] A PAÍSES QUE ADOTAM DETERMINADA POLÍTICA ECONÔMICA, A DA PSEUDO-ESTABILIDADE. Uma das condições é esta: manter baixos os preços de nossas mercadorias de exportação. Para tanto têm que ficar baixos os salários. E assim se explica a monstruosidade de que a

política salarial do governo brasileiro dependa de consultas ao FMI e dependa de decisões do FMI. Uma política salarial destas é indecisões do FMI. Uma política salarial destas é incompatível com um regime em que os governantes são eleitos pelo povo."

Terceiro trecho, em que Carpeaux erra em algumas assertivas. O Sr. Suplicy de Lacerda a que se refere era o ministro da Educação na época:

"Mas como pode o FMI, que afinal de contas é apenas um banco, impor ditaduras a países estrangeiros? É porque atrás do FMI estão as armas dos Estados Unidos.

É esta a terrível ameaça. Mas é esta também a grande esperança. Pois as armas dos Estados Unidos não são tão todo-poderosas e agora mesmo fracassam no Vietnam.

O incrível Sr. Flávio Suplicy de Lacerda disse em frase que vamos decorar: "Os que são contra o acordo MEC-USAID são os mesmos que são contra a guerra do Vietnam. Está certo, o homem tem razão. Os estudantes brasileiros são contra a guerra do Vietnam, contra o acordo MEC-USAID e contra as imposições nefastas do FMI!

Isso aqui não vai durar. "NO PASSARÁN!"

Carpeaux erra por excesso de entusiasmo e também porque não era adivinho. O fato concreto é que eles... "passaram". Por cima da Pasionaria, antes, e hoje por cima de tudo. E apesar do Vietnam os misseis do Sr. Bush estão aí, mais alertas do que nunca. A derrocada do chamado socialismo real deixou aberta - como poderia ter dito Carpeaux - a jau-

la da hidra capitalista. O Fundo Monetário Internacional, criado em 1944, na cidade americana de Bretton Woods, para socorrer, por meio de empréstimos, os países arrasados pela guerra, serve hoje, basicamente, à manutenção de um modelo econômico. O modelo em que vivemos.

Dinheiro faz bem, principalmente para um país tão cheio de carências como o Brasil. Mas não é esse o caso. No mês passado, o governo fez novo acordo com o FMI, no valor de US\$ 15 bilhões. É dinheiro pra burro. Mas para onde ele vai? Para a educação, para a saúde? Não, servirá apenas para

LIÇÃO DE ECONOMIA POR DMZ



mostrar ao mundo globalizado que o Brasil tem cacife para defender-se dos ataques especulativos, assegurando assim, de certa forma paradoxalmente, o equilíbrio de um modelo arquitetado pelo próprio FMI. Trata-se de um modelo arquitetado pelo próprio FMI. Trata-se de um círculo vicioso, perverso, autofágio, do qual os países em desenvolvimento não conseguem sxe libertar nunca. De empréstimo em empréstimo, o Brasil já tem uma dívida externa calculada em US\$ 220 bilhões. Quem pagará por ela?

Já os mestres da especulação, num sistema que só favorece o capital financeiro, evidentemente não têm do que se queixar. No primeiro semestre deste ano, os banqueiros "brasileiros" obtiveram os maiores lucros desde a desvalorização do Real, em janeiro de 1999, em compensação, nosso PIB beira ao zero, segundo o IBGE, e a renda per capita da população, a despeito de todo o dinheiro que está entrando, caiu, em vez de subir.

Como se vê, o artigo de Carpeaux não perdeu a atualidade. Com vistas a, digamos assim, modernizá-lo, bastariam alguns simples retoques.

Nos anos 60, acentuava-se a idéia da vitimização de um país tão cheio de recursos como Brasil, pelas grandes potências econômicas, e lamentava-se, sentimentalmente, a sua eterna condição de nação dependente. O fato é que muitos outros países, potencialmente mais pobres do que o Brasil, conseguiram superar essa condição de desvantagem. Estudiosos, hoje, ao invés de ver-nos como vítimas de uma fatalidade histórica, tendem a denunciar o que estava por trás da ditadura militar brasileira contra a qual Carpeaux investia: a tradicional canalhice das nos-

sas elites financeiras - gananciosas, inescrupulosas e irresponsavelmente voltadas, desde os tempos dos vice-reis, para os seus próprios interesses, mesmo que isso signifique vender-se de corpo e alma ao capital estrangeiro.

Outra mudança diz respeito à questão da ideologia, que embasava a retórica de escritores "engajados" como Carpeaux. Num momento de autocrítica, em documentário recentemente exibido na TV, Jorge Amado diz a seguinte frase: "A ideologia é uma merda". Poderíamos acrescentar também que a ideologia conduz à burrice, no que elimina, pela cegueira do preconceito, novas perspectivas de percepção e análise. Os movimentos que crescem no mundo contra a globalização - e que fez um morto durante a reunião do G-8 em Gênova, no mês passado - têm uma vantagem sobre as passeatas de 1968. As palavras-de-ordem aparentemente ambíguas ou fora de foco, guardam este recado fundamental: ninguém agüenta mais que está aí.

O homem é complexo demais para conformar-se com um modelo no qual tudo se resume a uma relação de troca; ao toma-lá-dá-cá desumanizante em que estão querendo transformar o mundo. Como mostram as guerras e os flagelos naturais, a capacidade de sobrevivência da espécie humana é quase infinita. O homem sobrevive sem dinheiro, sem casa, até sem comida. Só não sobrevive - como já dizia Prometeu pela voz de Ésquilo - sem esperança.

Benício Medeiros é jornalista, autor de *Otto Lara Resende: a poeira da glória*

Ficha de Assinatura

- Anual R\$ 50,00
- Semestral R\$ 25,00
- Trimestral R\$ 15,00
- Exterior - Anual US\$ 120,00
- Exterior - Semestral US\$ 60,00

Assinatura de Apoio:

- Semestral R\$ 35,00
- Anual R\$ 70,00

Nome Completo
 Endereço:NºBloco.....Apto.....
 Bairro:C. Postal.....Fone (.....)
 Cidade:Estado:Cep:
 Profissão/Categoria:
 TRABALHO QUE FAZ NO MOVIMENTO:
 Assinatura:Data:

O pagamento deverá ser feito em nome do **CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro** em cheque nominal cruzado, **DESDE QUE SEJA ENDEREÇADO PARA A NOSSA SEDE** ou **DEPÓSITO BANCÁRIO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA BELA VISTA - 0240 - C/C 003 - 15634-5**. Ao fazer o depósito enviar fax do comprovante

QUINZENA

Publicação do CPV - Rua São Domingos, 224 - Cep: 01326-000 - São Paulo, Fone: (011) 3104-7995 - Fax: (011) 3104-3133 E-mail cpvsp@alternex.com.br / www.cpvsp.com.br

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". *Walter Benjamin*

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". *Walter Benjamin*

Não seja parcial

Se você ainda está chocado com as imagens [do dia 11 de setembro] aproveite para fazer um minuto de silêncio em homenagem aos 5.000 (?) americanos, a maioria civis inocentes, mortos covardemente por terroristas que ainda não se sabe quem são.

Já que você está em silêncio, fique quieto mais treze minutos em homenagem aos 130.000 civis iraquianos mortos em 1991 por ordem do Bush Pai.

Aproveite para lembrar que naquela ocasião os americanos também fizeram festa, como os palestinos fizeram.

Emende mais 20 minutos pelos 200.000 iranianos mortos pelos iraquianos com armas e dinheiro fornecidos a Sadam Hussein (ainda novinho na época) pelos mesmos americanos que mais tarde virariam sua artilharia contra ele.

Mais quinze minutos pelos russos e 150.000 afegãos mortos pelo Taliban, também com armas e dinheiro americano.

Mais dez minutos pelos 100.000 japoneses mortos direta e indiretamente em Hiroshima e Nagasaki, também por ação direta da águia.

Você já está em silêncio uma hora (um minuto pelos americanos e 59 por suas vítimas).

Se você ainda está perplexo fique mais uma hora em silêncio pelos mortos na guerra do Vietnã, da qual os americanos não gostam de ser lembrados. Tomara (embora os índices de belicosidade dos americanos indiquem o contrário), os americanos comecem a entender que eles também são vulneráveis e que as tragédias que eles provocam são tão bárbaras e covardes como as dos outros. Os mortos dos outros povos doem tanto quanto os deles. Fique mais 1 hora em silêncio pensando no seu emprego que já está ameaçado, pois no país em que vivemos, a economia depende diretamente dos americanos. Graças à globalização tão planejada e tão bem executada pelos americanos.

(texto de autoria desconhecida)

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". *Walter Benjamin*

